

Armadilha diabólica mata 31 e fere 170

# Israel abre fogo contra multidão de famintos em Gaza

**Genocidas atacam fila da sopa, após bloquear por 3 meses entrada de comida**

**A**s tropas do genocida Netanyahu atacaram a população faminta com tanques de guerra e drones, por mais de uma vez, junto a um centro de distribuição de alimentos. Pelo menos 31 pessoas morreram sob os disparos israelenses na manhã do

domingo (19), na cidade de Rafah, no sul da Faixa de Gaza e 170 palestinos ficaram feridos. Foi o segundo incidente fatal grave engendrado por Israel usando a fome da população como artifício macabro, após quase três meses de bloqueio à entrada de comida, remédios e qualquer forma de ajuda. **Página 6**

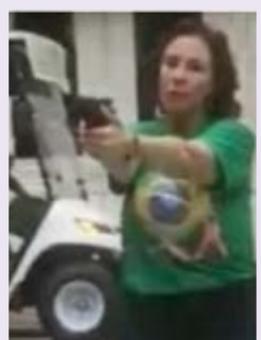


**HORA DO POVO**  
ANO XXXV - Nº 4.003 4 a 10 de Junho de 2025



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

Reprodução mídias sociais



**Zambelli tem a prisão decretada e já é procurada pela Interpol**

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, acatou o pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), e determinou a prisão preventiva da deputada federal bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP), na quarta-feira (4). Zambelli foi condenada pela Corte a 10 anos de prisão e anunciou, na terça-feira (3), que fugiu do Brasil. **Pág. 3**

## Lula: “Para controlar a inflação não é preciso implantar a fome”

Ricardo Stuckert - PR



Lula deixou claro para o surdo Banco Central que considera a política de juro alto como o caminho da fome

### Bloqueios de 31 bi atingem em cheio Cidades, Saúde e Defesa

Os bloqueios no Orçamento de 2025, no total de R\$ 31,3 bilhões, para cumprir a meta de zerar o déficit primário das contas públicas, anunciados pelo ministério da Fazenda, Fernando Haddad, atingem em cheio o Ministério das Cidades, responsável pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, com menos R\$ 4,3 bilhões ou

27,2% da verba disponível; o Ministério da Saúde, que perde R\$ 2,36 bilhões em despesas diretas, sendo que com o corte de emendas parlamentares o impacto chega

a R\$ 5,9 bilhões, e o Ministério da Defesa, que teve um corte de R\$ 2,6 bilhões. Do total bloqueado, R\$ 24,2 bilhões recaem sobre despesas discricionárias. **Página 2**

“Se, para controlar a inflação, for preciso ter fome, não é possível a gente aceitar. Precisamos encontrar outro jeito para controlar a inflação”, prosseguiu o chefe do Executivo. **Página 3**

O presidente Lula afirmou, em entrevista na manhã da terça-feira (3), no Palácio do Planalto, que espera que o presidente do Banco Central faça a coisa certa, que é baixar os juros. Ele disse que fica chateado quando vê alguém dizer que “se a economia está crescendo, vai causar inflação”. “Se, para controlar a inflação, for preciso ter fome, não é possível a gente aceitar. Precisamos encontrar outro jeito para controlar a inflação”, prosseguiu o chefe do Executivo. **Página 3**

### PIB: país fica mais agrário e menos industrial

O PIB do Brasil cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025. O resultado, no entanto, representou um crescimento de 12,2% do setor agropecuário e um recuo da indústria de 0,1%, sendo que a indústria de Transformação caiu 1,0%. **P. 2**

### “A pejotização é a destruição da CLT e da Previdência”

A afirmação é do desembargador Clóvis Schuch Santos, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, na quinta-feira (29). **P. 4**

“E segue o baile dos juros”, escreve Paulo Kliass

# Agropecuária puxa PIB no 1º trimestre. Indústria cai 0,1%



País fica mais agrário, alta de 12,2%. Indústria de transformação cai 1,0%

## Bloqueios no Orçamento atingem em cheio Cidades, Saúde e Defesa

Ministério das Cidades perde R\$ 4,3 bilhões e Defesa R\$ 2,6 bilhões. A Saúde teve redução de R\$ 2,36 bilhões, valor que chega a R\$ 5,9 bilhões com os cortes promovidos em emendas parlamentares

Os bloqueios no Orçamento de 2025, no total de R\$ 31,3 bilhões, para cumprir a meta de zerar o déficit primário das contas públicas, anunciados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atingem em cheio o Ministério das Cidades, responsável pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, com menos R\$ 4,3 bilhões ou 27,2% da verba disponível; o Ministério da Saúde, que perde R\$ 2,36 bilhões em despesas diretas, sendo que com o corte de emendas parlamentares o impacto chega a R\$ 5,9 bilhões, e o Ministério da Defesa, que teve um corte de R\$ 2,6 bilhões.

Segundo nota do Ministério do Planejamento, divulgada na noite desta sexta-feira (30),

onde detalhou as pastas atingidas pelos bloqueios, “a contenção total, de R\$ 31,3 bilhões, é composta por bloqueio de R\$ 10,6 bilhões, motivado pelo aumento das despesas obrigatórias e por um contingenciamento de R\$ 20,7 bilhões para garantir o cumprimento da meta de resultado primário”. Do total bloqueado, R\$ 24,2 bilhões recaem sobre despesas discricionárias – que incluem investimentos e custeio da máquina pública – e R\$ 7,1 bilhões sobre emendas parlamentares. O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União, também na noite de sexta-feira.

Só ficaram de fora o Ministério da Educação, após forte pressão de reitores e acadêmicos, e

o Banco Central. Todas as pastas do Executivo foram bloqueadas, sendo que, conforme a equipe econômica, se houver desbloqueio será a conta-gotas. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, responsável pelo programa Bolsa Família, teve o corte de R\$ 2,1 bilhões nas verbas.

“Além das medidas de contenção, o Decreto, em seu Anexo I, atualiza a programação dos limites de empenho (faseamento) para as dotações dos órgãos em três períodos: até julho, até novembro e até dezembro. O faseamento visa estabelecer ritmo de execução compatível com os ciclos posteriores de reavaliação das receitas e despesas”, diz o ministério.

## Galípolo diz que juro alto por “longo tempo” visa retração da economia

“Resiliência da economia ainda está muito ligada a gastos excessivos do governo”

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou na segunda-feira (2), durante evento com operadores e analistas do mercado financeiro, que a economia brasileira está demorando a responder com retração às taxas de juros reais próximas de 10%.

“A economia vem apresentando uma resiliência surpreendente para o nível da taxa de juros que a gente tem”, disse ele, revelando que, na verdade, o objetivo de sua atuação à frente do BC é mesmo provocar retração no país.

Por conta desse objetivo – retrair a economia – Gabriel Galípolo vem defendendo a permanência de juros elevados por um longo período. Além de manter a economia sufocada com os custos proibitivos do crédito, ele também critica o governo por, aparentemente, atuar em sentido contrário e atrapalhar o atingimento de sua meta restritiva. Na opinião do chefe do BC, “a resiliência da economia ainda está muito ligada a gastos excessivos do governo”, o que, segundo ele, “geraria inflação”.

Esta afirmação parte da premissa errada de que a atual inflação brasileira seria provocada por excesso de demanda da população. A atual inflação não é de demanda. Ela é consequência da prática monopolista dos setores de energia e commodities. Contribuíram para a alta da inflação também a não reconstrução no ritmo necessário dos estoques reguladores de alimentos, destruídos pelas administrações de Michel Temer e Jair Bolsonaro. A inflação brasileira, portanto, não tem a ver com demanda superaquecida e sim com deformações monopolistas na oferta.

O presidente do BC também reclamou da “resiliência do nível de emprego”. Ele chamou a atenção para o fato

de desemprego ter fechado em 6,6% no trimestre terminado em abril. “É a pergunta central para todos que estão aqui nessa sala: (...) conseguir explicar como é possível você ter uma economia que tem uma taxa de juros real que se aproxima de 10% e estar em pleno emprego”, disse ele. Evidentemente, o tal “pleno emprego” de Galípolo não leva em conta os subempregados, os 39 milhões de brasileiros na informalidade, sendo 25,6 milhões trabalhando por conta própria.

A “grita” de Gabriel Galípolo e demais membros do BC contra os “gastos excessivos” do governo está dirigida contra os investimentos públicos e os gastos sociais. Está dirigida contra as despesas para atender as necessidades prementes da sociedade, como Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Segurança, etc. Ele não diz uma palavra sobre os gastos gigantescos do Tesouro com os juros da dívida. O país gasta um trilhão de reais por ano para pagar juros, mas a reclamação de Galípolo e campanha na mídia é por cortes na Previdência, no BPC, na Saúde, nos investimentos, etc.

Os “gastos” com investimentos do governo são alvo do BC e de todos os portavozes dos bancos porque eles significam menos ganhos para os rentistas. Eles significam maior crescimento, maior produção, menor desemprego, maior consumo e, por consequência, melhoria para o conjunto do país. E isso é inadmissível para os parasitas e sanguessugas de todos os matizes.

O Banco Central hoje é o quartel-general do rentismo e da especulação financeira. Seu papel é defender os interesses dos infimos setores da sociedade que vivem da agiotagem. A direção “autônoma” do BC não tem nada

de “guardiã da moeda” ou “controladores da inflação”. Isso é só fachada. Eles estão ali para garantir o máximo de recursos públicos para os cofres dos bancos e demais rentistas.

Para essa gente, o país crescer mais de 3% ao ano é um verdadeiro escândalo. Eles acham que isso está muito acima do “PIB potencial do Brasil”. Por isso, as reclamações contra os investimentos públicos. Por isso, os juros altos e as medidas drásticas para “esfriar” a economia.

Esse limite de crescimento imposto pelos neoliberais de dentro e de fora do governo ao crescimento do Brasil parece uma piada de mau gosto quando sabemos que o Brasil já cresceu a 6,7% ao ano em média de 1930 a 1980. Ou quando vemos que o país que cresceu 7,5% no último ano do segundo governo Lula sem que a inflação significasse qualquer ameaça.

“Teto de crescimento” por conta de ameaça de inflação é uma falácia que esconde o objetivo central do Banco Central, que é de priorizar o parasitismo e a remuneração cada vez maior da meia dúzia de detentores de títulos públicos.

SÉRGIO CRUZ

## Indústria recua sob forte impacto dos juros elevados do Banco Central

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao quarto trimestre de 2024 (alta de 0,1%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na sexta-feira (30).

O avanço, no entanto, foi puxado quase exclusivamente pelo setor agropecuário, que cresceu 12,2%. Já a indústria recuou 0,1% e os serviços mal registraram alta de 0,3%, sinalizando, ambos, clara estagnação – reflexo direto da política monetária contracionista do Banco Central (BC), que busca asfixiar – via juros altos – os investimentos e o consumo de bens e serviços no país.

O resultado negativo na indústria geral foi impulsionado principalmente pelo desempenho da indústria de Transformação (-1,0%), segmento que representa mais de 80% do setor industrial, e pela queda da indústria da Construção (-0,8%). Já os ramos da indústria extrativa e de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos registraram altas de 2,1% e 1,5%, respectivamente.

No primeiro trimestre, a Indústria de Transformação correspondeu a 14,4% do PIB (valor adicionado a preços básicos), enquanto a agropecuária, em seu conjunto, contribuiu com apenas 6,5% no mesmo indicador. Neste ano, como resultado de mais uma safra recorde, o crescimento da agropecuária foi de 12,2% no período.

A agropecuária – setor que mais recebe incentivos financeiros públicos no país (vide o Plano Safra) – no primeiro trimestre de 2024 gerou 55.605 novos empregos, enquanto a indústria, como um todo, gerou 190.477 postos de trabalho no país.

No setor de Serviços, que corresponde a maior fatia do PIB (68,8%), o crescimento de 0,3% no trimestre foi impactado negativamente pelo fraco desempenho do comércio (0,3%) e pela retração nos serviços de transporte, armazenagem e correio (-0,6%). Por outro lado, as principais contribuições positivas vieram de informação e comunicação, que registrou um avanço de 3,0%, seguido por outras atividades de serviços (0,8%), atividades imobiliárias (0,8%) e administração pública, defesa, saúde, educação e seguridade social (0,6%).

No ano passado, o crescimento no primeiro trimestre de 1% do PIB foi sustentado pelo Comércio, que avançou 3%, e pela Indústria de Transformação, com alta de 1,6%. O

que ajudou para estes desempenhos na época foi, em parte, a redução do nível da taxa básica de juros da economia (Selic) do Banco Central (BC), de 13,75% para 10,5%, entre agosto de 2023 e maio de 2024.

Agora o nível da Selic encontra-se em 14,75%. Conforme o BC, a “política monetária restritiva já tem tido impactos no mercado de crédito, nas sondagens empresariais, no mercado de câmbio, nos balanços das empresas, assim como na moderação de alguns indicadores de atividade e de mercado de trabalho”, diz trecho da última ata da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC).

Apesar desses fatos, o BC defende que a política monetária deve seguir “em patamar significativamente contracionista por período prolongado para assegurar a convergência da inflação à meta”.

Com os juros em níveis exorbitantes, a taxa de investimento no primeiro trimestre de 2025 ficou em 17,8%, mantendo-se baixa para um país que precisa retomar a reindustrialização e melhorar as condições de vida de sua população.

Pela ótica da demanda, o Consumo das Famílias cresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2025. No mesmo período de 2024, o avanço havia sido de 2,3%. Portanto, houve uma desaceleração do indicador em relação ao ano anterior.

Esse mesmo movimento de desaceleração também foi observado nas despesas do governo, que saiu de 0,5% para 0,1%, na mesma base de comparação.

Por sua vez, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo, que mede os investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil, cresceu 3,1% entre janeiro e março deste ano, sendo abaixo do registrado no mesmo período do ano passado (alta de 4,1%).

Enquanto os principais setores da economia estão sendo desidratados pelos juros altos, o lucro dos bancos disparou no primeiro trimestre deste ano, como por exemplo: Bradesco, o lucro subiu 39,3%, somando R\$ 5,86 bilhões; Itaú Unibanco, o ganho avançou 13,9%, somando R\$ 11,128 bilhões; Santander, cresceu 27,8%, somando R\$ 3,8 bilhões – ambos resultados em relação ao mesmo período de 2024.

Um desempenho magnífico proporcionado pela alta da Selic, que, entre outros efeitos negativos, elevou os gastos do setor público com os juros da dívida pública, atingindo R\$ 924 bilhões (7,71% do PIB) no acumulado em 12 meses até abril deste ano.

ANTONIO ROSA

## PEC 65 torna BC privado e desvia recursos do Tesouro para seus cofres, denuncia sindicato dos funcionários

Receita da “senhoriagem” deixaria de pertencer ao Estado e ficaria à mercê de uma “empresa” controlada por bancos

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) alerta sobre os riscos de o Banco Central utilizar a receita de senhoriagem para financiar suas despesas administrativas. De acordo com o sindicato, a medida – prevista na PEC 65/2023 – pode gerar um grave conflito de interesses, distorcendo a atuação da autarquia, já que a instituição passaria a ter um incentivo financeiro para manter as taxas de juros elevadas.

Com a PEC 65, a senhoriagem (diferença entre o valor de face das notas de dinheiro e o custo de produção), recurso que o Estado obtém ao emitir moeda, ficaria com o Banco Central. “A proposta de utilizar a receita de senhoriagem para custear as despesas administrativas do Banco Central acabará, na prática, provocando sério conflito de interesses e o desvirtuamento da sua atuação, visto que quanto maior a taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), maior seria a senhoriagem obtida

pela Instituição”, denuncia o Sinal, em nota.

O Sinal classifica a proposta como uma tentativa de “loteamento político de uma peça fundamental do Estado Brasileiro”. “Ou seja, o Banco Central, como entidade privada, passaria a ter interesse direto na maximização da senhoriagem para o consequente incremento de seu próprio orçamento. Estamos diante de uma tentativa inequívoca de loteamento político de uma peça fundamental do Estado Brasileiro”, denuncia.

Hoje, o BC é vinculado ao Ministério da Fazenda, mas suas decisões são imunes a interferências governamentais devido à Lei Complementar 179/2021, aprovada no governo Bolsonaro, que reforçou a subordinação do BC aos interesses do mercado financeiro.

Leia a nota “PEC 65 é uma ameaça ao Banco Central como ente de Estado” do Sinal na íntegra: <https://horadopovo.com.br/pec-65-torna-bc-privado-e-desvia-recursos-do-tesouro-para-seus-cofres-denuncia-sinal/>



Foto: Vitor Solemar

## Kliass, especialista em políticas públicas

E segue o baile dos juros

“Ao longo do mês de abril, o volume total de juros pagos aos detentores dos títulos do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 70 bilhões. Esse valor representa um gasto de R\$ 3,3 bi por dia útil do período”

PAULO KLIASS\*

O Banco Central (BC) divulgou no final de maio seu boletim periódico mais recente com as informações relativas às contas fiscais do governo federal. A observação do material e a leitura do documento confirmam a tendência à manutenção da carga pesadíssima das despesas financeiras do orçamento da União associadas ao pagamento de juros da dívida pública.

Ao longo do mês de abril, o volume total de juros pagos aos detentores dos títulos do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 70 bilhões. Esse valor representa um gasto de R\$ 3,3 bi por dia útil do período. Uma loucura! Já no acumulado dos últimos 12 meses, a soma chegou a R\$ 928 bi. Estes valores ilustram de maneira tragicamente didática a forma como os diferentes tipos de gastos são tratados pela lógica da austeridade fiscal primária adotada pelo governo.

Em 2024, o total das despesas com juros atingiu o valor máximo de sua história – foram R\$ 950 bi. A tendência, portanto, é que os números aumentem ainda mais em razão da elevação do estoque total do endividamento do governo federal e, também, pelo aumento da própria SELIC ao longo do mesmo período. Vamos lembrar que em abril de 2024, o estoque total da dívida pública interna era de R\$ 6,4 trilhões. Já em abril deste ano, verificou-se uma elevação do mesmo para R\$ 7,3 tri. Assim, houve um crescimento de 14% no total desta modalidade de dívida.

### JUROS E MAIS JUROS: LÓGICA DO FINANCISSIMO

No que se refere ao indexador utilizado para a remuneração do endividamento governamental, podemos utilizar a taxa referencial de juros do governo federal como hipótese de cálculo. Neste caso, a SELIC estava em um patamar de 10,50% em abril do ano passado e subiu para 14,25% em abril recente. Assim, o crescimento da taxa definida pelo COPOM foi da ordem de 40%. Ora, sob condições, com o crescimento do estoque da dívida e da taxa de juros correspondente, a tendência é que se verifique igualmente o aumento no volume de despesas com as despesas financeiras do governo federal.

Há mais de 4 décadas que a métrica de avaliação de eventual sucesso ou fracasso no que se refere ao desempenho em termos de austeridade fiscal se restringe ao cômputo dos valores relativos às despesas “primárias”. No entanto, esse aparentemente ingênuo e singelo adjetivo faz toda a diferença. Trata-se de uma verdadeira armadilha introduzida nas regras e normas da avaliação da política fiscal desde o chamado Consenso de Washington. Os países do Terceiro Mundo, em processo de negociação de suas dívidas externas com aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Tesouro estadunidense foram obrigados a incorporar tal metodologia em suas institucionalidades respectivas.

A intenção era utilizar um arcabouço fiscal que propiciasse a geração de superávits nas contas públicas que pudessem ser automaticamente direcionados para o pagamento dos juros dos endividamentos que acabavam de ser renegociados. A estratégia era separar as despesas financeiras das demais, de modo que apenas as não-financeiras fossem submetidas a constrangimento e compressão. Bingo! O esforço pela adoção de mecanismos de “responsabilidade fiscal” se resumia à busca da redução em rubricas como saúde, educação, previdência, salários de servidores, investimentos e tantas outras. Mas os juros da dívida pública eram sistematicamente preservados de tal achatamento.

Continua: <https://horadopovo.com.br/e-segure-o-baile-dos-juros-por-paulo-kliass/>

\*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hprj@oi.com.br](mailto:hprj@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curiú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Reprodução/Redes sociais

## Condenada, a deputada fugiu do Brasil Moraes manda prender Carla Zambelli e pede sua inclusão na lista vermelha da Interpol

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, acatou o pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), e determinou a prisão preventiva da deputada federal bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP), na quarta-feira (4).

Zambelli foi condenada pela Corte a 10 anos de prisão e anunciou, na terça-feira (3), que fugiu do Brasil.

Segundo a parlamentar, a saída dela do País ocorreu, inicialmente, para tratar problemas de saúde. No entanto, ela também alegou estar sendo alvo de "perseguição judicial", após ter sido condenada.

Segundo o blog de Andréia Sadi, do g1, Zambelli está nos Estados Unidos e deve se deslocar para Europa. Ela afirmou, ainda, que pedirá licença do mandato parlamentar.

### DECISÃO DE MORAES

"No caso de CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA é inequívoca a natureza da alegada viagem à Europa, com o objetivo de se furtar à aplicação da lei penal, em razão da proximidade do julgamento dos embargos de declaração opostos contra o acórdão condenatório proferido nestes autos e a iminente decretação da perda do mandato parlamentar", escreveu Moraes.

Na decisão, Moraes pediu que a PF (Polícia Federal) realize os procedimentos para incluir Zambelli na lista vermelha da Interpol, determinou o bloqueio imediato do passaporte diplomático, bloqueio do uso de verbas da Câmara dos Deputados e de contas bancárias da deputada.

"A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da decretação da prisão em razão da fuga do distrito da culpa, quando demonstrada a pretensão de se furtar à aplicação da lei penal", escreveu o ministro em trecho da decisão.

### BLOQUEIO DAS REDES

O ministro determinou, ainda, que as redes sociais da deputada sejam bloqueadas em até 2 horas, com multa diária de R\$ 100 mil para as plataformas que não seguirem a ordem.

Além disso, o magistrado estipulou multa de R\$ 50 mil para Zambelli por postagens nas redes sociais que "reiterem as condutas criminosas".

Após Zambelli informar que saiu do Brasil, o advogado Daniel Bialski deixou a defesa da deputada. Na decisão desta quarta-feira, Moraes indicou a DPU (Defensoria Pública da União) para defender a deputada.

### PRISÃO PREVENTIVA

Procedimentos determinados por Moraes em razão da fuga da parlamentar para evitar prisão:

- bloqueio dos passaportes, incluindo o diplomático, que ela obteve por ser deputada federal;

- bloqueio de salários e outras verbas, bens, ativos e contas bancárias, incluindo PIX;

- bloqueio de veículos, incluindo embarcações e aeronaves eventualmente em nome dela;

- bloqueio dos canais e perfis em redes sociais como Gettr, Facebook, Instagram, LinkedIn, TikTok e X;

- multa diária de R\$ 50 mil contra a deputada por postagens que "reiterem as condutas criminosas"; e

- inclusão do nome de Zambelli na lista vermelha da Interpol.

### INVASÃO DO SISTEMA DO CNJ

Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ocorrido em 2023. A deputada também terá que pagar R\$ 2 milhões por danos coletivos. O processo está em fase de recurso.

De acordo com as investigações, Zambelli foi a mandante da invasão ao CNJ para emissão de mandato falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confirmou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar.

### OUTRO PROCESSO NO STF

A deputada Carla Zambelli responde a outro processo criminal no STF. Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022.

A perseguição começou após Zambelli insultar e provocar o jornalista durante ato político-eleitoral da campanha de Lula (PT), no bairro dos Jardins, em São Paulo. Ela escorregou, caiu e correu atrás de Luan, acusando-o de tê-la empurrado. As imagens captadas do momento desmentem Zambelli.

Até o momento, o Supremo registrou placar de 6 votos a 0 para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão em regime semiaberto. No entanto, pedido de vista do ministro Nunes Marques adiou a conclusão do julgamento.

# Lula critica o controle da inflação às custas da fome



Reprodução

Lula em entrevista no Palácio do Planalto na manhã da terça-feira, dia 3 de junho

## "Fim do genocídio de Israel contra palestinos, já!", defende o PCdoB

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) aprovou um documento denunciando o "massacre e genocídio deliberado do povo palestino" por Israel e chamando "as forças democráticas e progressistas" a se somarem em mobilizações pelo cessar-fogo.

Na avaliação do partido, o "agravamento da crise humanitária" na Faixa de Gaza faz com que cresça o "isolamento internacional do governo genocida do Estado de Israel".

"É preciso, portanto, ampliar a pressão diplomática, econômica e política. É urgente que os governos que denunciam o genocídio possam avançar em concretas medidas que pressionem pelo fim da campanha militar assassina do Estado de Israel contra o povo palestino", defende o PCdoB.

"Conclamamos as forças democráticas e progressistas para que venham reforçar as ações e mobilizações pelo imediato cessar-fogo, pela ajuda humanitária à Gaza sob coordenação da ONU e rechaço ao genocídio perpetrado pelo Estado de Israel", continua a nota.

Leia o documento na íntegra:

### Palestina: fim do genocídio já!

Os últimos 600 dias podem ser considerados os mais trágicos da história do jovem século 21. O massacre e o genocídio deliberado do povo palestino pelas mãos assassinas do Estado de Israel, com total apoio, patrocínio e cumplicidade dos EUA, são incontestáveis crimes de guerra que colocam a humanidade diante do desafio imperativo de fazer parar o extermínio de todo um povo e a limpeza étnica do território de Gaza.

Nos últimos dias, diante do agravamento da crise humanitária, com a total devastação de Gaza, com 90% de seu sistema hospitalar inoperante, mais de 90% da infraestrutura atingida, privação de ali-

mentos, insumos e água potável por mais de cem dias, organização de campos desumanos de distribuição de parcos alimentos, cresceu o isolamento internacional do governo genocida do Estado de Israel - inclusive entre governos europeus, convintes e parceiros de primeira hora de Israel no massacre desde o dia 7 de outubro de 2023. É algo importante, embora chegue vergonhosamente tarde, após mais de 54 mil mortos, mais de 123 mil feridos, milhares de desaparecidos e toda Gaza destruída.

Os países do sul global têm tido muito mais contundência na denúncia do genocídio desde o seu princípio. Nas palavras do chanceler brasileiro, Mauro Vieira, em audiência no Senado Federal, no dia 20 de maio: "É uma situação terrível o que está acontecendo. Há uma carnificina. Há um número elevadíssimo de mortes de crianças. É algo que a comunidade internacional não pode ver de braços cruzados".

Algo semelhante foi dito pelo embaixador da China na ONU, Fu Cong, no dia 18 de março em reunião do Conselho de Segurança: "A China insta Israel a renunciar em sua obsessão pelo uso da força, cessar imediatamente suas operações militares em Gaza e parar com a punição coletiva de civis em Gaza. Nós fortemente exigimos um cessar-fogo permanente em Gaza".

O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, em seu Discurso Sobre o Estado da Nação, de 6 de fevereiro, disse: "A África do Sul continua solidária com o povo da Palestina, que há décadas sofre com uma ocupação ilegal e agora está passando por um sofrimento indescritível. A África do Sul tem atuado em acordo com suas obrigações sob a Convenção sobre Genocídio ao instituir processos contra Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ)".

É preciso, portanto, ampliar a pressão di-

plomática, econômica e política. É urgente que os governos que denunciam o genocídio possam avançar em concretas medidas que pressionem pelo fim da campanha militar assassina do Estado de Israel contra o povo palestino.

O PCdoB uma vez mais reafirma seu compromisso com a libertação do povo palestino, o apoio às forças da resistência e a defesa incansável da salvaguarda do seu direito de existência, de retorno e soberania sobre seu território, como Estado pleno de direitos, a ser urgentemente reconhecido pelas Nações Unidas.

Nós, revolucionários que lutamos pelo socialismo, temos uma missão: acabar com essa barbárie. Romper a censura covarde e criminoso que segue acontecendo para encobrir todos os crimes e atrocidades que estão sendo cometidos em Gaza. Parar a matança de crianças, mulheres, idosos, médicos, jornalistas, doentes nos hospitais, crianças nas escolas, povo em suas casas.

Conclamamos as forças democráticas e progressistas para que venham reforçar as ações e mobilizações pelo imediato cessar-fogo, pela ajuda humanitária à Gaza sob coordenação da ONU e rechaço ao genocídio perpetrado pelo Estado de Israel.

Convocamos nossa militância e dirigentes a se engajarem cada vez mais nas atividades em solidariedade ao povo palestino e a tomarem iniciativas através dos coletivos, entidades e organizações das quais participam para realizar urgentes ações solidárias.

Gaza arde dentro de cada um de nós.

Viva a luta do povo Palestino!

Fim ao genocídio já! São Paulo, 1º de junho de 2025

O Comitê Central do PCdoB (Partido Comunista do Brasil)

Fonte: PCdoB

## Sanções contra Moraes são tiro pela culatra, admitem bolsonaristas

Integrantes da base do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na Câmara e no Senado, acreditam que a "punição" aplicada contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, pelos Estados Unidos, fará barulho, mas está longe de trazer qualquer efeito prático que

beneficie o ex-chefe do Executivo.

É o que informa Bela Megale, colunista do jornal O Globo.

A leitura de parlamentares bolsonaristas é que o gesto do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de buscar medidas contra o ministro do STF na gestão Do-

o presidente respondeu aos jornalistas e declarou que o chefe do Banco Central deve baixar os juros. "Precisamos encontrar outro jeito para controlar a inflação", disse Lula

O presidente Lula afirmou, em entrevista na manhã da terça-feira (3) no Palácio do Planalto, que espera que o presidente do Banco Central faça a coisa certa, que é baixar os juros. "Eu acho que logo, logo, o Banco Central vai tomar a atitude correta de baixar os juros", afirmou o presidente.

Ele disse que fica chateado quando vê alguém dizer que "se a economia está crescendo, vai causar inflação". "Se, para controlar a inflação, for preciso ter fome, não é possível a gente aceitar. Precisamos encontrar outro jeito para controlar a inflação", prosseguiu o chefe do Executivo.

### MORTICÍNIO EM GAZA

Questionado sobre a reação da embaixada de Israel às suas declarações sobre os crimes do governo israelense em Gaza, Lula disse que não cabe um presidente da República responder a uma embaixada, mas reforçou que o que esta acontecendo com os palestinos é um genocídio. "[Israel] vem dizer que é antissemitismo? Precisa parar com esse vitimismo. O que está acontecendo na Faixa de Gaza é um genocídio, é a morte de mulheres e crianças que não estão participando de guerras", apontou o presidente.

Ele condenou com veemência o assassinato em massa de mulheres e crianças. "O que está acontecendo em Gaza não é uma guerra, é um exército matando mulheres e crianças", disse Lula. "E exatamente por conta do que o povo judeu sofreu na sua história que o governo de Israel deveria ter bom senso e humanismo no trato com o povo palestino. Eles se comportam como se o povo palestino fosse cidadão de segunda classe", destacou o líder brasileiro.

Lula enfatizou que todas as "pessoas de bom senso" no mundo estão se posicionando contra a atuação criminoso do governo israelense em Gaza. "Vocês devem ter lido uma carta do ex-primeiro-ministro de Israel [Ehud Olmert] criticando, [dizendo] que não é mais uma guerra, que é um genocídio. Vocês já viram carta de mil militares denunciando que isso não é mais guerra, é genocídio. Você não pode, a pretexto de encontrar alguém, matar mulheres e crianças", repetiu o presidente.

### INTROMISSÃO NO STF

Lula criticou também as manifestações do governo dos Estados Unidos sobre decisões do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). "Eu vou dizer o que eu penso, e o que eu pensar vai ser a decisão do governo. Primeiro, é inadmissível que um presidente de qualquer país do mundo dê palpite sobre a decisão da Suprema Corte de um outro país. Se você concorda ou não concorda, silencie. Porque não

## Unidade de conservação não impede exploração de petróleo na Margem Equatorial, diz ministra Marina Silva

A proposta de UCM (unidade de conservação marítima) no Amapá não incide sobre as áreas onde a Petrobrás pretende explorar petróleo em águas profundas na região conhecida como Margem Equatorial, afirmou, na terça-feira (27), a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Ela participava de audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado e também assegurou que a proposta é antiga e não foi "inventada" para inviabilizar a exploração de petróleo na região, que está a 500 km distante da foz do Amazonas, e a 160 km de distância da faixa litorânea do Amapá.

"Não incide sobre os blocos de petróleo e não foi inventado agora para inviabilizar a Margem Equatorial. Isso é um processo que vem desde 2005", disse a ministra ao colegiado, que a convidou para prestar esclarecimentos sobre a proposta de criação da unidade de

é correto dar palpite", afirmou o presidente, ao responder aos jornalistas.

"Eu acho que os Estados Unidos precisam compreender que o respeito à integridade das instituições de outros países é muito importante. Porque nós achamos que um país não pode ficar se intrometendo na vida do outro, querendo punir um outro país. Isso não tem cabimento", prosseguiu Lula, classificando como "prática antipatriótica" a atuação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está em viagem aos EUA para pedir sanções contra autoridades brasileiras.

### CONSPIRAR

"Lamentável é que um deputado brasileiro, filho do ex-presidente, está lá para convocar os Estados Unidos a se meter na política interna do Brasil. E isso que é grave. Isso que é uma prática terrorista. Renuncia ao seu mandato, pede licença do mandato para ficar tentando lambar as botas do Trump e de assessor do Trump pedindo intervenção na política brasileira. Não é possível aceitar isso. E só ler a entrevista na Veja que vocês vão saber de quem eu estou falando, isso sim é desrespeito ao Brasil, isso, sim é provocação", denunciou o presidente.

"Por enquanto, o que nós temos é fala de pessoas, mas pode ficar certo de que o Brasil vai defender não só o seu ministro [Moraes], mas a Suprema Corte. "É isso que é grave, é isso que é uma prática terrorista. Uma prática antipatriótica. O cidadão que é deputado pede licença do seu mandato para ir ficando tentando lambar as botas do Trump e de assessores do Trump pedindo intervenção na política brasileira. Não é possível aceitar isso", denunciou Lula.

### A VERDADE VENCE

Lula voltou a falar sobre a conspiração de Eduardo Bolsonaro contra o Brasil e a Suprema Corte brasileira diretamente dos EUA. "Esse cidadão pensava isso da Suprema Corte quando mentiram ao meu respeito? Ele pensava? Vocês conhecem alguma fala dele questionando a Suprema Corte? Não! O pai dele, quando nega a Justiça Eleitoral, não nega os votos que os filhos deles receberam, só nega o dele", afirmou.

"Então é preciso que haja um mínimo de bom senso. Se essa gente pensa que vai ganhar consciência da sociedade com mentira, é um engano. Eu tenho dito publicamente, ou seja, nós temos consciência de que a verdade precisa vencer na sua disputa política para que a gente não esteja vendo acontecer o que está acontecendo nesse país, o que está acontecendo em outros países. A convivência democrática é a única coisa saudável para que a sociedade possa viver em paz", continuou Lula.

conservação.

A propósito, nessa reunião do colegiado temático, a ministra foi profundamente desrespeitada por senadores bolsonaristas. E, em razão dessa situação, ela acabou se retirando da reunião antes de ser encerrada.

Marina assegurou que o projeto de criação da unidade de conservação tampouco contém impedimentos para instalação de infraestrutura necessária para a exploração de petróleo na Margem Equatorial, como oleodutos, gasodutos e portos.

"No processo de criação já está estabelecido que oleoduto, gasoduto, portos, o que tiver que fazer, já está dito no próprio processo que isso não será impeditivo", disse a ministra.

"É como se já estivesse dito: 'pode fazer'. Desde que faça o licenciamento, obviamente", ressaltou, e apontou que, mesmo que não exista unidade de conservação, essas estruturas dependem de licenciamento ambiental para serem construídas.

# Zema abre liquidação de MG para quitar dívida que já foi paga

Zema quer vender prédios de universidades estaduais, de escolas, edifícios como o Palácio das Artes além de privatizar as estatais CEMIG, COPASA e CEMIG

O governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) apresentou nesta semana à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) uma lista de imóveis a serem repassados à União em meio à renegociação da dívida mineira de R\$ 165 bilhões com o governo federal.

Zema quer que, caso a União não aceite os imóveis, que estes sejam vendidos à iniciativa privada com desconto de até 45% e o recurso arrecadado destinado ao abatimento da dívida.

O governo estadual apresentou aos deputados uma lista com 343 imóveis. O repasse dos imóveis para a União está previsto na regulamentação do chamado Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) como uma das alternativas para quitação dos débitos.

Entre eles, estão prédios de universidades estaduais, de escolas, edifícios importantes como o Palácio das Artes, maior centro de produção, formação e difusão cultural de Minas Gerais e um dos maiores da América do Sul, e até a Cidade Administrativa, sede da gestão estadual.

Parlamentares da oposição reagiram à proposta apresentada em parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, que deve ser votado na próxima terça-feira (3), busca evitar que edifícios que pertencem a fundações, como é o caso do Palácio das Artes, sob gestão da Fundação Clóvis Salgado, sejam repassados pelo governo, uma vez que as entidades têm autonomia patrimonial.

A adesão ao Propag (PL 3.731/2025) foi aprovada por unanimidade, na manhã desta quinta-feira (29), na Assembleia Legislativa. A aprovação era necessária para dar continuidade às negociações com a União sobre o pagamento da dívida. Ao invés de continuar a renegociação, Zema propõe se desfazer do patrimônio público mineiro, ameaçando privatizá-lo, caso a União não aceite.

O critério determinado pela administração para a escolha foi apresentar imóveis que têm valor estimado ou registrado superior a R\$ 5 milhões ou área igual ou superior a dez hectares, além de preferencialmente estarem desocupados ou subutilizados e ter “índícios de viabilidade para regularização”.

O Propag prevê que os estados podem ter uma redução dos juros da dívida, hoje em

IPCA (inflação) + 4% ao ano, para uma correção apenas pela inflação mediante contrapartidas.

A principal delas é a federalização de ativos que representem ao menos 20% do estoque da dívida (no caso de Minas, R\$ 33 bilhões) para uma redução de dois pontos percentuais nos juros anuais.

## A PROPOSTA DE REPASSE DE ATIVOS À UNIÃO

- Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), estatal com direitos de nióbio US\$ 4 bilhões (R\$ 23 bilhões) a US\$ 6 bilhões (R\$ 34,4 bilhões)
- Posição acionária na Cemig privatizada: R\$ 7 bilhões
- Recursos da privatização da Copasa: R\$ 4 bilhões
- Recursos com securitização da dívida ativa: R\$ 3 bilhões
- Imóveis a serem repassados à União: R\$ 2 bilhões
- Créditos da lei Khandir e compensação: R\$ 2 bilhões

## DÍVIDA INJUSTA E JÁ FOI PAGA

Em entrevista ao jornal Estado de Minas, em janeiro deste ano, a auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, afirmou que o aumento da dívida tem como causa principal os juros elevados cobrados no refinanciamento das dívidas com a União e o não pagamento pelo estado das parcelas desse débito.

“Aquilo que ele (Zema) não pagou foi incorporado ao estoque da dívida. Todo esse crescimento foi em função do juro alto demais. E não quitando eles aplicam juros também sobre a parcela não paga, ou seja, juros sobre juros, o que é anatocismo, uma outra ilegalidade”, afirma Fattorelli.

A auditora destaca ainda que, desde 1998, quando essa dívida no montante de R\$ 14,8 bilhões foi refinanciada pela União, devido à pressão do sistema financeiro – nacional e internacional –, o estado já pagou R\$ 48,6 bilhões até 2023, em valores não atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). “O estado já pagou mais de três vezes essa dívida contraída em 1998, e segue devendo”, denuncia Fattorelli.

Para Fattorelli, a dívida deveria ser extinta, pois não teria legitimidade, e o perdão não causaria prejuízos à União, devido a reserva em caixa para suportar essa decisão.

## Justiça cassa mandato de Rubinho Nunes por divulgar laudo médico falso contra Guilherme Boulos

A Justiça Eleitoral cassou o mandato do vereador de São Paulo, Rubinho Nunes (União), e o declarou inelegível por 8 anos por divulgar nas redes sociais, dois dias antes do 1º turno das eleições de 2024, um laudo médico falso que atribuía ao então candidato a prefeito Guilherme Boulos (PSOL) o uso de cocaína e um surto psicótico.

De acordo com a sentença, proferida pelo juiz Antonio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral de SP, a publicação feita por Rubinho configurou uso indevido dos meios de comunicação social, abuso de poder político e fraude à legislação eleitoral.

A publicação postada no Instagram do vereador havia sido divulgada pelas redes sociais do empresário Pablo Marçal (PRTB). O falso laudo dizia que Boulos estaria em surto psicótico e teria testado positivo para cocaína. Na ocasião, o laudo foi periciado pela Polícia Científica, que constatou a falsidade do documento, já que o médico que assinava o laudo estava morto há vários anos.

Segundo o juiz, a atuação de Rubinho foi de “alta reprovabilidade” e que a publicação, feita para seus mais de 400 mil se-

guidores, mesmo ficando pouco tempo no ar, se espalhou rapidamente e teve “potencialidade lesiva para interferir na lisura e no equilíbrio das eleições”.

Ainda segundo o magistrado, não há dúvidas da atuação do parlamentar na publicação do laudo falso, “pois em momento algum o investigado negou que tenha realizado tal publicação”. “Importante ressaltar que a petição inicial veio municiada com elementos de prova da referida publicação”, escreveu o juiz.

A ação contra Rubinho Neves foi ajuizada pelo candidato a vereador Leonardo dos Reis Adorno Becker (PSOL). A ação cita uma estratégia organizada de desinformação do eleitorado para prejudicar a candidatura de Boulos e beneficiar Rubinho e o candidato a prefeito Pablo Marçal (PRTB).

Rubinho Neves ainda pode recorrer contra a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e, posteriormente, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ontem (30), o Ministério Público Eleitoral denunciou o ex-coach Paulo Marçal pela divulgação de laudo médico falso contra Boulos.



Romeu Zema quer que, caso a União não aceite os imóveis, vendê-los à iniciativa privada com desconto de até 45% para abatimento da dívida

## Prefeitura da cidade de São Paulo recua da nomeação de interventores em escolas

A intensa mobilização da comunidade escolar contra o afastamento de 25 diretores pela gestão Ricardo Nunes (MDB) garantiu uma importante vitória nesta quinta-feira (29). Após forte pressão da Coeduc — que reúne os sindicatos Sedim, Sinpeem e Sinesp — em reunião com a Secretaria Municipal de Educação, a nomeação de interventores para substituir os diretores foi suspensa. O recuo da prefeitura é resultado direto da ação firme de educadores, estudantes, famílias, parlamentares e entidades sindicais em defesa da gestão democrática nas escolas.

“Revogado, por exemplo a designação daqueles 25 assistentes de direção considerados como interventores e a reunião que seria realizada amanhã (hoje) iniciando a implementação do programa, também foi cancelada”, destacou Cláudio Fonseca, presidente do Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo), que participou do encontro.

“Os diretores vão realizar reuniões na próxima semana, onde haverá apresentação e discussão do programa (‘Juntos pela Aprendizagem’) e nós não vamos mudar nada do nosso posicionamento. As discussões vão continuar na semana que vem. Vamos acompanhar a reunião, mantendo o nosso posicionamento firme em defesa da escola pública gratuita, democrática gestão pública no interesse público”, assegurou Cláudio.

A vitória parcial foi comemorada pela categoria. Roberto de Medeiros, diretor da Emef Caio Sergio Pompeu de Toledo, que fica na Cidade Tiradentes, zona leste da cidade, e um dos servidores afastados, afirma que a mobilização de famílias e alunos foi o ponto decisivo para o recuo da prefeitura.

“Certeza que foi por causa das comunidades escolares”, avalia. “Agradeço muito a todos os políticos,



Reunião dos sindicatos da Coeduc com representantes da Secretaria da Educação

os parlamentares, os acadêmicos”, disse, ao Brasil de Fato. “[...], mas se não fossem as comunidades escolares, as famílias e principalmente os alunos, isso não estaria assim, a gente estaria provavelmente correndo risco de exoneração”, analisou. “Ainda não é tudo o que nós queremos, porque nós não queríamos que tivesse esse curso de formação para os diretores”, diz a vereadora Sílvia Ferraz, da Bancada Feminista. Além disso, ela afirmou que, enquanto o novo modelo do curso não for definido, não há clareza sobre o retorno dos diretores afastados às escolas.

Já a deputada federal Luciene Cavalcante (Psol-SP) destacou que “o prefeito Ricardo Nunes afirmou na audiência pública, na Câmara Federal, na terça-feira, que não iria recuar dessa política autoritária absurda”, observou. E hoje está aí o resultado da “nossa luta”, comemora. “É sim um avanço importante”, ressalta Luciane. “Nós vamos aguardar para ver como que vai sair publicado amanhã a revogação desses atos, mas a gente quer mais”, ressalta. “A gente quer transparência, a gente quer democracia na formação das políticas públicas”, finalizou a parlamentar.

Em nota, a SME informou que o programa “Aprimorando Saberes” seguirá em

andamento com a participação dos 25 diretores que haviam sido convocados. A pasta também declarou que, durante reunião com os sindicatos que representam os servidores da educação, o diálogo foi mantido aberto para discutir possíveis ajustes e a organização do cronograma, previsto para ocorrer entre junho e dezembro.

A SME ainda confirmou que uma nova reunião está marcada para segunda-feira, 2 de junho, com a presença dos diretores envolvidos e representantes sindicais.

Crítico à iniciativa de Nunes, o vereador Hélio Rodrigues (PT), que participou do protesto na Emef Espaço de Bititita, na zona norte paulistana na segunda-feira (26), cujo diretor, Claudio Marques, é um dos atingidos, alertou que ela representa a privatização da educação pública. “A gente sabe que o que tá em curso é o início do processo de privatização da educação no município, embora o prefeito ainda não admita”.

Nas redes, a Coeduc destacou: “Sinpeem, Sedim e Sinesp garantem a revogação do programa de interventores nas escolas. Vitória da nossa categoria e das comunidades resistentes!”, informando que o calendário de lutas, apesar do recuo, está mantido.



Manifestação reuniu diversos setores da sociedade em Curitiba

## ‘PL da Devastação’: manifestações por todo o país denunciam os retrocessos ambientais

No último domingo (1º), centenas de organizações e movimentos sociais e ambientais realizaram manifestações em diversas cidades do país em protesto contra o Projeto de Lei 2159/2021, que ficou conhecido como PL da Devastação. Além disso, os atos saíram em defesa da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Em São Paulo, o ato realizado na Avenida Paulista foi apoiado por 80 dessas organizações.

Em Manaus, manifestantes reunidos na praça da Matriz defenderam que o projeto de lei fragiliza a proteção da Amazônia.

No Rio de Janeiro, manifestantes se concentraram na praia Vermelha, na zona sul. Além de cartazes e faixas em apoio a Marina Silva, o ato lembrou o plano de instalação de uma tirolesa no Pão de Açúcar. O projeto da concessionária que administra o ponto turístico, autorizado pelo Iphan, foi alvo de ação civil pública da Procuradoria e está em discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em Brasília, o encontro foi no Eixão, via que fica fechada para carros aos domingos. No ato, havia pedidos para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), arquivar a proposta. Também havia cartazes de protesto aos planos de exploração da Petrobras na Foz do Amazonas. Outro cartaz na capital federal dizia “somos todas Marina”.

Em Belo Horizonte, alguns manifestantes usavam máscaras com o rosto de Marina, que foi aplaudida durante o ato. Na capital mineira, o ato teve início na praça Liberdade e os participantes percorreram ruas da região, com bandeiras, cartazes e faixas — uma delas dizia “licenciamento ambiental não é burocracia”.

Em Curitiba, a concentração ocorreu nas Ruínas de São Francisco, ao lado da tradicional feira do largo da Ordem, com faixas e cartazes contra o projeto de lei. No Paraná, uma lei estadual que flexibiliza o licenciamento ambiental já foi aprovada pela Assembleia Legislativa, a pedido do governador Ratinho Junior (PSD). O PT pede a derrubada da legislação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em Florianópolis, uma manifestação aconteceu na ponte Hercílio Luz. “Espero que os atos contra o PL da devastação ganhem cada vez mais força. Porque é a força das ruas que vai tensionar e constrições os senadores. E, obviamente, se chegar ao extremo do PL ser aprovado, [a força das ruas] dará força, resistência e respaldo para que o presidente Lula possa vetar esta proposta”, discursou a vereadora Carla Ayres (PT) ao grupo de manifestantes.

Em Porto Alegre, movimentos sociais, entidades ligadas ao meio ambiente e políticos engrossaram a manifestação, realizada no Parque da Redenção. Houve referências à enchente histórica que atingiu a capital do Rio Grande do Sul, há cerca de um ano. Nos discursos, o PL foi considerado uma agressão às vítimas daquela tragédia.

## PL DAS BOIADAS

O projeto de lei estabelece um novo marco legal para o licenciamento ambiental no Brasil e foi aprovado no Senado com 54 votos favoráveis e 13 contrários. Como o texto foi alterado pelos senadores, o projeto retorna à Câmara dos Deputados para nova análise.

O texto aprovado no Senado dispensa de licenciamento ambiental atividades que não ofereçam risco ambiental ou que precisem ser executadas por questão de soberania nacional ou de calamidade pública.

Também isenta de licenciamento os empreendimentos agropecuários para cultivo de espécies de interesse agrícola, além de pecuária extensiva, semi-intensiva e intensiva de pequeno porte.

Para ambientalistas, esse projeto é considerado o maior retrocesso ambiental da história recente do país. O projeto também é criticado pelo governo federal, que o considera um desmonte do licenciamento ambiental brasileiro.

“O governo tem uma série de dificuldades em relação a uma base segura de sustentação. E isso varia para cada tema. Não é a primeira vez que a gente sofre alguma dessas derrotas, inclusive em agendas que são igualmente estratégicas, mas vamos continuar dialogando o tempo todo com o Congresso”, disse a ministra Marina Silva.

Apesar das críticas, a relatora do projeto, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), disse que o objetivo da proposta é licenciar as obras no país com mais clareza, eficiência e justiça. Segundo ela, o marco regulatório atual, com regras sobrepostas, trava iniciativas importantes e desestimula investimentos responsáveis.

“A proposta não enfraquece o licenciamento ambiental, muito pelo contrário. Ela reafirma o compromisso com o rigor técnico, exige estudos de impacto ambiental, audiências públicas e avaliações trifásicas para grandes obras. E até dobra a pena para quem desrespeitar a legislação”, disse a senadora, acrescentando que hoje existem mais de 27 mil normas ambientais no país.

## Primo do bolsonarista Nikolas Ferreira é preso com 30 kg de maconha e cocaína

Preso com 30 quilos de maconha e quatro gramas de cocaína, Glaycon Raniere de Oliveira Fernandes, primo do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), foi detido em flagrante no dia 21 de maio de 2024, em Uberlândia, Minas Gerais. A prisão ocorreu durante uma operação de rotina da polícia, após denúncias anônimas indicarem o transporte de entorpecentes na região. Glaycon dirigia um carro sem portar documentos pessoais, sendo posteriormente identificado por meio de consulta a bancos de dados oficiais.

Ele segue custodiado no Presídio Professor Jacy de Assis, localizado no bairro Dom Almir, na zona leste

de Uberlândia. A unidade abriga presos provisórios e condenados, sendo uma das maiores do estado. A entrada de Glaycon foi registrada sem intercorrências, conforme indicam os registros oficiais do sistema penitenciário estadual, que confirmam também seu nome completo, a data da prisão e a vinculação à unidade. O atendimento à família está sendo feito pelo NAF Uberlândia.

A prisão aconteceu em um momento em que o deputado Nikolas Ferreira busca consolidar sua influência política no interior de Minas, por meio de alianças locais, inclusive com parentes. O pai de Glaycon, Enéas Fernandes — tio do depu-

tado — foi lançado como candidato à prefeitura de São Gonçalo do Abaeté em 2024, com apoio direto do parlamentar. Além do suporte político, Enéas recebeu recursos públicos por meio de emendas parlamentares destinadas à região por Nikolas.

As transferências orçamentárias aconteceram logo após o início oficial da campanha de Enéas. Em redes sociais e em eventos de campanha, Nikolas participou ativamente, exaltando o projeto do tio como alinhado aos seus princípios políticos. A base de aliados do deputado em redutos locais, inclusive com envolvimento familiar, passou a ser vista com mais atenção após a prisão de Glaycon.

# Pejotização é a destruição da CLT e da Previdência, diz desembargador



## Consignado privado já compromete mais de 35% dos salários, diz estudo

O empréstimo consignado no setor privado, que entrou em vigor em março com a MP 1292, elevou o grau de endividamento das famílias brasileiras, que vêm comprometendo cada vez mais o rendimento mensal com o pagamento de parcelas às instituições financeiras.

Segundo estudo da SalaryFits, empresa de tecnologia da Serasa Experian, 24% das famílias que contrataram a modalidade de empréstimo (Crédito do Trabalhador) já comprometeram mais de 35% do salário com as parcelas. Os dados consideram o primeiro mês de vigência da MP quando foi autorizada aos bancos a oferta do empréstimo aos trabalhadores.

A nova regra foi comemorada pelo governo por oferecer juros menores do que os de outras modalidades de empréstimo – em contrapartida, “zero risco” aos bancos, que têm como garantia o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) do trabalhador. Se o objetivo era destravar o consumo, o efeito contrário já começa a ser sentido: mais dívida, menos salário, menos poder de compra.

A pesquisa mostra ainda que o percentual de 35% de comprometimento da renda supera o limite definido pelo governo federal. De acordo com Délber Lage, diretor da SalaryFits, isso ocorre porque o cálculo pré-estabelecido para a liberação dos créditos “não leva em consideração possíveis descontos em folha que podem ocorrer mensalmente, como coparticipações de plano de saúde, que reduzem o salário líquido do colaborador”, explica.

O aumento do comprometimento dos salários com as parcelas do empréstimo se soma à bola de neve das dívidas, que também não param de crescer. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), em abril, o endividamento das famílias avançou pelo terceiro mês consecutivo, chegando a 77,6%, assim como o aumento da inadimplência (29,1%) e do percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso (12,4%).

A armadilha do empréstimo consignado foi ponto de alerta para economistas. Para Paulo Kliass, doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal, “um dos argumentos utilizados pelo governo em favor da medida é que as taxas de juros na nova modalidade serão mais baixas do que aquelas cobradas anteriormente. Ora, sob tais condições, quem seria contra um novo contrato com menos encargos financeiros sobre o estoque da dívida das famílias? O ponto é que não se pode reduzir as opções de política pública a uma escolha entre o péssimo e o muito ruim”.

“A estratégia do governo não apresenta nenhuma solução para romper o círculo vicioso da espiral de dependência da maioria da sociedade em relação ao financiamento. Injeta-se dinheiro novo no circuito econômico para manter o recurso no âmbito do próprio sistema financeiro”, afirma Kliass, destacando que “não basta que as famílias troquem uma dívida por outra, uma vez que o excessivo grau de endividamento opera como um verdadeiro obstáculo para que os recursos ‘novos’ entrem de fato na esfera da economia produtiva real”.

JÚLIA CRUZ

## Demissão em massa de PCD's na Eletrobrás gera indignação

Nesta segunda-feira (02), trabalhadores realizaram uma manifestação na porta da Eletrobrás contra a demissão em massa de cerca de 100 trabalhadores com deficiência, na última sexta-feira (30).

Privatizada, as demissões dos profissionais ocorrem em um contexto de reestruturação da companhia em busca de maximização do lucro em detrimento de princípios básicos de responsabilidade social.

A mobilização reuniu sindicalistas, trabalhadores da empresa e que classificaram as demissões como uma afronta à inclusão social e aos direitos garantidos por lei. De acordo com o Sindicato dos Eletricistas do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ), as demissões causaram espanto e revolta diante do desligamento em massa. O presidente do Sintergia-RJ e diretor

da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Magno dos Santos Filho, afirmou que todas as providências estão sendo tomadas pelo sindicato. “Estamos buscando através do nosso jurídico o retorno destes companheiros (as) aos seus postos de trabalho, pois são trabalhadores e trabalhadoras que já mostraram sua competência. Também vamos tentar abrir um canal de diálogo com a direção da Eletrobrás para reverter essa situação”, disse.

Em comunicado o Sintergia-RJ afirmou que os dirigentes sindicais que organizaram o ato de hoje, já acionaram a Justiça do Trabalho para buscar a reintegração do emprego destas pessoas. Também foram acionados parlamentares que defendem a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.



Clóvis Schuch Santos, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região



## Professores do DF entram em greve por reajuste e denunciam retaliação judicial

Apesar da intimidação por parte da Justiça do DF (TJDFT), que, atendendo a pedido do governador Ibaneis Rocha, impôs uma multa milionária ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) caso a categoria entrasse em greve, a paralisação foi mantida e iniciada nesta segunda-feira (2), com ampla participação de professores e orientadores educacionais.

De acordo com o Sinpro, esse primeiro dia de paralisação teve início com assembleias regionais e eleição dos integrantes do comando de greve. Serão eleitos 39 integrantes, proporcionalmente distribuídos por regionais.

A greve, motivada por uma série de descumprimentos do governo do DF, inclusive compromissos firmados na Justiça, foi aprovada em assembleia na semana passada e é por tempo indeterminado.

A categoria reivindica, além da reestruturação do plano de carreira (que tem como palavra de ordem “19,8% rumo

à Meta 17 – reestruturação da carreira já!”), a nomeação de todos os aprovados no último concurso do magistério (cujo prazo vence em 27 de fevereiro), melhores condições de trabalho e a regularização das contribuições previdenciárias dos professores temporários, o que tem impedido cerca de 17 mil profissionais de acessar direitos básicos, como licenças médicas superiores a 15 dias.

“Uma decisão absurda e desproporcional da Justiça”, afirma o diretor do sindicato, Samuel Fernandes, sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) de fixar multa de R\$ 1 milhão por dia de paralisação ao Sinpro-DF. Além disso, a Justiça também autorizou o corte do ponto de todos os servidores que aderirem ao movimento.

“O governo, que não investe na educação e não valoriza os professores, criminaliza a greve, que é um direito constitucional. A paralisação terá início nesta segunda-feira e só irá terminar por decisão em assembleia da nossa categoria”, afirma.

Cleber Soares, membro da Comissão de Negociação do Sinpro, explica que o sindicato está tentando negociar com o governo desde o início do ano, sem sucesso. “Tivemos algumas reuniões. Antes da assembleia, o governo simplesmente encerrou o processo de negociação. Não há nenhuma negociação”, disse.

Ainda sobre a multa desproporcional, o sindicato argumenta que, antes da greve, “todos os requisitos legais foram rigorosamente cumpridos, como a realização de assembleia geral com ampla participação, comunicação ao GDF com mais de 72 horas de antecedência e tentativa de negociação frustrada por decisão unilateral do governo”.

Segundo o Sinpro, a primeira reunião do comando de greve eleito será realizada nesta segunda (2), às 19h, na sede do Sinpro, no SIG, em preparação para a assembleia geral da quinta-feira (5/6), às 9h, na Funarte.



“O moderno hoje no mundo do trabalho é avançar na proteção”, afirma desembargador

O avanço da pejotização, com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de suspender todos os processos sobre o tema no país, foi alvo de severas críticas na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, na quinta-feira (29).

De acordo com autoridades, magistrados e juristas presentes, a pejotização – prática em que empresas contratam o trabalhador como pessoa jurídica (PJ) para fugir dos custos e obrigações legais – acentua a precarização das relações trabalhistas, compromete a proteção social e esvazia direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para o senador Paulo Paim, autor da solicitação pela realização da audiência, a pejotização “é um ataque frontal à CLT” e “fragiliza o pacto social brasileiro”.

“Estamos falando de milhões de trabalhadores e de um rombo que já chega a R\$ 89 bilhões aos cofres públicos desde a reforma trabalhista”, disse o senador, ao citar dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O desembargador Clóvis Schuch Santos, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, criticou a decisão do Supremo: “Estamos vendo uma destruição da CLT, da Previdência e até da economia, com a legitimação de vínculos precários”. “Quem vai contratar um trabalhador com todos os direitos trabalhistas, se pode fazê-lo por meio de uma PJ, sem direito algum, apenas com a remuneração?”, questionou.

Segundo o desembargador, o avanço da pejotização no Brasil representa um “retrocesso” e não pode ser confundido com modernização. “O que é moderno realmente hoje no mundo do trabalho é avançar na proteção, é avançar na civilização”, disse.

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Augusto César Leite

de Carvalho, “não há base jurídica para a pejotização como forma lícita de contratação quando há subordinação, pessoalidade e continuidade. A realidade dos fatos deve prevalecer sobre a formalidade do contrato”.

Conforme o ministro, a pejotização é um retrocesso social. “A autorização dessa prática fragiliza a rede de proteção social que financia direitos como licença-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria”, disse.

A coordenadora-geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Dercyete Loureiro, que mostrou dados do ministério sobre o perfil dos trabalhadores pejotizados, afirmou: “Estamos falando de faxineiros, serventes, vendedores, porteiros. Pessoas vulneráveis que não têm patrimônio para dissociar da própria força de trabalho. É uma crise existencial do direito do trabalho; elas são submetidas a contratos precários por falta de alternativas”, declarou.

Os dados apresentados por ela mostram que 93% dos trabalhadores pejotizados ganham até R\$ 6 mil e, desses, mais da metade recebe até R\$ 2 mil.

“Ou reafirmamos a primazia da realidade ou consagraremos um modelo de faz de conta, que legitima a fraude e desmonta o direito do trabalho”, destacou o representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) e coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, Renan Kalil. Segundo ele, o número de denúncias de fraudes trabalhistas quintuplicou na última década.

O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Renato Bignami, citou a reforma trabalhista de 2017, afirmando que ela contribuiu significativamente para a pejotização no país. “O mercado de trabalho, pós-reforma, trouxe um aumento exponencial da terceirização e pejotização. Esse cenário é desafiador para todos os operadores do Direito, principalmente aqueles que atuam no Direito do Trabalho”, pontuou.

## Justiça do Trabalho proíbe suspensão de férias dos trabalhadores nos Correios

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região acatou o pedido do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Sintect-SP) e proibiu os Correios de suspenderem as férias dos trabalhadores da empresa marcadas para este mês de junho.

A determinação também estabelece uma multa de R\$ 1 mil por empregado com o direito suspenso e determina que a estatal tem um prazo de cinco dias para justificar a suspensão. A medida estava prevista em um plano estratégico da empresa, com o objetivo de contornar o prejuízo de R\$ 2,6 bilhões obtido em 2024.

A decisão foi obtida na noite de sábado, 31 de maio, após a empresa insistir em suspender, de forma unilateral, as férias previstas a partir de 1º de junho. Mesmo notificada pelo sindicato, a direção dos Correios manteve a medida, deixando centenas de trabalhadores em situação de incerteza.

A juíza do Trabalho, Fernanda Zanon Marchetti, que acatou a ação do sindicato, considerou que a suspensão das férias viola o artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e o artigo 136 da CLT, além de desrespeitar o próprio Manual de

Pessoal da empresa, que exige acordo entre chefia e empregado para definição do período de férias.

“Embora a empregadora caiba o poder de direção, é certo que as férias demandam programação e que a interferência unilateral deve ser cabalmente justificada”, afirmou a magistrada.

“Nosso departamento jurídico, nosso sindicato, não para. Hoje, dia 31, em pleno sábado, conquistamos essa liminar que garante o direito dos trabalhadores às férias. É mais um passo na luta contra qualquer injustiça e na defesa dos direitos da categoria”, declarou o presidente do Sintect-SP, Elias Diviza.

De acordo com os advogados Fabrício Máximo Ramalho e Hudson Marcello Silva, que representam o Sintect-SP nesta ação, trata-se de uma vitória importante, sobretudo para os trabalhadores que foram surpreendidos a menos de um mês do início das férias. Eles esclarecem que o processo ainda terá prosseguimento na Vara do Trabalho onde foi sorteado e que todos os fatos e pedidos da ação ainda serão apreciados, de modo que irão continuar atuando para que a Justiça do Trabalho atenda ao anseio dos trabalhadores.



## Lee Jae-myung celebra vitória nas urnas Sul-coreanos derrotam o golpismo e elegem presidente Lee Jae-myung

“O Partido Democrático, oposição de centro-esquerda, e seu candidato, Lee Jae-myung, venceram a eleição extraordinária presidencial da Coreia do Sul realizada nesta terça-feira (3), com 49,31% dos votos, derrotando o candidato da situação, o ex-ministro Kim Mon-soo, que obteve 41,30%, depois de seis meses de crise desencadeada por tentativa de fechamento do parlamento e imposição de lei marcial pelo então presidente Yoon Suk Yeol, de extrema-direita, que acabou impichado.

Um terceiro candidato, do Partido da Nova Reforma, Lee Jun-seok, obteve 8,29% dos votos. A eleição se realizou 60 dias após a corte constitucional haver, em abril, confirmado o impeachment de Yoon, aprovado pela Assembleia Nacional em dezembro. Lee Jae-myung tomará posse nesta quarta-feira (4).

No ano passado, tentativa de autogolpe de Yoon, com decretação da lei marcial, acabou derrotada com a recusa do parlamento a ser fechado por tropas do exército, como tentado, e com multidões nas ruas em Seul, até o colapso do achincalhe horas depois, e afinal, impeachment do golpista.

Em seu primeiro pronunciamento, Lee, ex-advogado de direitos humanos e que, na eleição de 2022, perdera para Yoon por uma fração de ponto, prometeu unir o país, reanimar a economia, restaurar os meios de subsistência das pessoas e reiterou seu compromisso contra o golpismo.

Ele terá que governar em um quadro de um país extremamente dividido pelo caos causado pelo golpe de Yoon. Fazendo um chamado a deter a polarização no país, ele conclamou os sul-coreanos “a não entrar em confronto entre si” e à superação do ódio.

O presidente Lee também prometeu restaurar o diálogo com a Coreia do Norte devastado pelo governo anterior. “As duas Coreias vão se comunicar, vão cooperar e encontrar um caminho para a prosperidade comum”, disse o novo presidente no discurso de vitória.

Ele já assume tendo encarar a negociação do tarifaço de Trump, um problema enorme para a economia exportadora da Coreia do Sul, sobretudo para seu setor automotivo. No seu “dia da libertação”, Trump anunciara 25% de sobretarifa às exportações sul-coreanas e em julho se encerra o prazo de 90 dias para negociação.

### DIÁLOGO INTERCOREANO

Nos governos do Partido Democrata, as relações com a Coreia socialista sempre melhoraram muito, o que a extrema-direita, caninamente pró-norte-americana, sempre busca reverter quando volta ao poder.

O impichado Yoon havia desencadeado uma provocação atrás da outra contra Pyongyang, não disfarçava sua condição de capacho de Washington e ainda gostava de bajular o Japão. No autogolpe, o pretexto para a lei marcial era a “interferência norte-coreana” e as investigações revelaram que houve planos para usar as forças especiais (os kids pretos de lá) para provocar incidentes com a Coreia socialista.

“A diplomacia deve sempre se concentrar nos interesses nacionais”, afirmou Lee, ao defender uma abordagem equilibrada entre os vínculos com os Estados Unidos – que ali mantém 28.500 marines e bases –, a China – esta, a maior parceira comercial – e a vizinha Rússia.

“Devemos priorizar o interesse nacional e evitar nos envolvermos demais no conflito China-Taiwan”, declarou. “A ideia é respeitar o ‘status quo’ e manter uma distância adequada”.

Para ele, a Coreia do Sul não pode “apostar tudo nos laços com Tóquio e Washington”. “Nossas relações com a China e a Rússia também são importantes, portanto, devemos administrá-las bem”.

Lee também defendeu uma reforma constitucional para permitir reeleição presidencial e a expansão do setor de inteligência artificial como motor do crescimento econômico.

O comparecimento às urnas foi de 79,4%, o mais elevado desde 1997. Como comentou à AFP Kang Joo-hyun, professor de Ciências Políticas da Universidade de Sookmyung, a eleição é considerada “um referendo sobre o governo anterior”.

O eleitor Park Dong-shin, de 79 anos, disse que votaria “para fazer um novo país”. Ele considerou que a lei marcial “foi o tipo de coisa que se fazia nos velhos tempos da ditadura em nosso país”, referindo-se ao regime instaurado pela ocupação norte-americana e que vigorou de 1945 a 1987, sempre governando sob lei marcial.

Park explicou que votaria no candidato que garantia que os responsáveis por esta declaração “sejam tratados como se deve”.

O impichado Yoon enfrentará um julgamento na Suprema Corte sob a acusação de violar a lei eleitoral. O tribunal adiou o julgamento até depois da eleição para evitar interferência.

### DEMOCRACIA REAFIRMADA

Para o jornal Hankyoreh, trata-se de uma votação que restaura a democracia no país. “A declaração inconstitucional e ilegal de lei marcial por Yoon foi uma tentativa de retroceder 40 anos no tempo da Coreia do Sul, para uma época de ditadura”.

“Recusando-se a reconhecer a vitória esmagadora do partido de oposição nas eleições gerais do ano passado, Yoon difamou a oposição como “força antiestatal” que precisava ser exterminada. Ele mobilizou os militares para tomar o controle de instituições constitucionais importantes, especificamente a Assembleia Nacional e a Comissão Nacional Eleitoral, e sua obsessão doentia com teorias da conspiração sobre fraude eleitoral alimentou conflitos entre partidos políticos e divisões na opinião pública.”

“Apesar de jurar defender a Constituição como presidente, Yoon violou a própria ordem que jurou proteger e prejudicou gravemente a confiança da população no sistema judiciário.”

“Mas sempre que a força devastadora do golpismo ameaçou desestabilizar a Coreia, foram os coreanos comuns que colocaram o país de volta nos trilhos. Foram as pessoas desarmadas que se uniram contra as tropas da lei marcial que tentavam se infiltrar na Assembleia Nacional na calada da noite de 3 de dezembro; as pessoas que lotaram as ruas em frente à legislatura todos os dias para pedir o impeachment de Yoon, que salvaram a Coreia do abismo.”

“O povo coreano, verdadeiro dono do país, tem a oportunidade de criar uma Coreia totalmente nova”.

# Diretor da ONU condena massacre de palestinos na distribuição de alimento



Palestino atingido por tiros é levado nos braços até o hospital Nasser

## Torcida do Paris Saint Germain abre faixa que exige “Parem o genocídio em Gaza”

A copa da Liga dos Campeões teve seu jogo decisivo em Munique, quando o PSG se tornou campeão ao vencer o Inter de Milão por 5 a 0. Antes do início do jogo torcedores franceses caminharam pelas ruas da cidade alemã com bandeiras palestinas.

Os torcedores do time francês Paris Saint Germain abriram faixas e desfaldaram bandeiras para expressar solidariedade a povo palestino que está vivendo um genocídio com criminosos bombardeios diários por Israel, assassinando civis, destruindo escolas e hospitais e até universidades na Faixa de Gaza.

A faixa exigindo “Parem o genocídio em Gaza” foi aberta neste sábado, 31 de maio, no estádio Allianz, em Munique, onde PSG e Inter de Milão disputaram a final da Copa da Liga dos Campeões da União das Associações Europeias de Futebol (UEFA, sigla em inglês).

### BANDEIRAS NAS RUAS

Já antes do jogo começar, uma multidão de torcedores do PSG percorreu as ruas de Munique cantando “Somos todos crianças de Gaza” e desfaldando bandeiras palestinas.

Também em Paris, torcedores do time que disputava a final se concentraram para bradar “Palestina livre” e “Gaza livre” e ainda expressar seu repúdio ao regime assassino de Netanyahu com gritos de “Fuck Israel”.

Em um jogo anterior, contra o Real Madrid,



Faixas e bandeiras palestinas presentes no Estádio Allianz

na capital espanhola, a torcida do PSG já havia aberto um gigantesco banner com os termos de “Free Palestine”.

Torcedores do PSG também abriram banner de repúdio ao massacre em Gaza cometido por Israel em jogos com o Real Madrid e o Arsenal (Yahoo)

### CHACINA

O protesto da torcida francesa aconteceu no momento em que a chacina perpetrada pelo regime fascista de Israel já assassinou 54.600 palestinos em Gaza e, desde que rompeu o cessar-fogo em 18 de março, acelerou o genocídio já tendo chacinado mais de 4.000 palestinos, o que tem resultado em rechaço mundial a Netanyahu e demais criminosos que compõem seu governo.

Um dos efeitos do protesto mundial tem sido mudanças no posicionamento de governos europeus que, apesar de ainda cautelosos, vêm repudiando o genocídio. Exemplo disso é o posicionamento do novo chanceler alemão, Friedrich

Merz, que afirma que os bombardeios mortais de Israel “não são mais compreensíveis”. Isso em uma Alemanha que sempre encontra dificuldade em criticar o regime israelense e seus crimes.

Recentemente a Prefeitura de Barcelona anunciou o cancelamento de toda relação comercial com Israel.

O PSG conquistou a Copa da Liga dos Campeões no jogo de sábado ao bater o Inter de Milão com a goleada de 5 a 0.

### HAKIMI ABRE O PLACAR

Coube a um jogador árabe abrir o placar a favor do PSG, o marroquino Achraf Hakimi, que tem expressado seu apoio ao povo palestino ao longo de sua carreira. Tanto assim que em jogo do PSG, realizado em Tel Aviv, em 2022, os assobios ecoavam pelo estádio Bloomfield sempre que Hakimi pegava na bola.

No jogo da semifinal com o Arsenal, no início de maio, o banner pela “Palestina Livre” já havia sido aberto.

Por três meses, desde que rompeu o cessar-fogo, Israel impediu a entrada de alimento, remédio e água em Gaza, transformando a fome em arma de guerra, a ponto de 14 mil bebês estarem em risco de morte por inanição

Tanta e um palestinos famintos que buscavam obter comida em Rafah, no sul de Gaza, em um centro montado pelos próprios invasores israelenses e operado por uma empresa privada, a norte-americana Fundação Humanitária de Gaza (GHF), foram mortos a tiros por tanques israelenses e drones e mais 170 ficaram feridos, no que organizações palestinas chamaram de “armadilha diabólica”. Ou, nas palavras de Philippe Lazzarini, chefe da ajuda humanitária da ONU, aliás impedida de entrar em Gaza, “armadilha mortal”.

Na terça-feira, a cena se repetiu, com mais 23 palestinos famintos mortos a tiros pelos soldados israelenses e dezenas de feridos, quando buscavam comida. No dia 28, três palestinos haviam sido mortos a tiros na fila da comida e 46 feridos em outro local de distribuição de comida.

### “FERIMENTOS DE BALA”

Sobre o domingo sangüinário, testemunhas oculares relataram que foram “emboscadas” enquanto faziam fila para receber ajuda alimentar, com os soldados israelenses abrindo fogo, mirando em cabeças e peitos dos palestinos de Gaza.

O Ministério da Saúde de Gaza afirmou que os mortos tinham “ferimentos de bala na cabeça ou no peito”, indicando clara intenção de matar e denunciou que a multidão havia sido atraída para o posto de distribuição de comida.

“Eles nos disseram para ir a esta zona humanitária para receber comida – então eles nos mataram”, disse Arafat Siyam, um sobrevivente, ao Middle East Eye. O irmão de Siyam foi morto. Os dois chegaram ao local de ajuda às 23h de sexta-feira, na esperança de trazer comida para seus filhos famintos.

“Meu irmão foi receber ajuda nos pontos de distribuição americanos em Rafah quando as balas começaram a cair sobre eles”, disse Yarin Abu al-Naja. “Os soldados israelenses começaram a atirar nas pessoas ali. Meu irmão foi com dois amigos. Um deles ficou gravemente ferido na cabeça, o outro foi morto e meu irmão foi baleado nas costas.”

“Ele foi transportado para o hospital em uma carroça puxada por burros – ambulâncias não conseguem chegar à área, e havia dezenas de feridos e mortos”, acrescentou Naja. “Nós o vimos deitados no chão. Não havia leitos disponíveis devido ao grande número de feridos e que chegavam do mesmo local. As cenas eram horríveis – pessoas sem membros, mãos ou pernas, outras decapitadas ou com abdômenes abertos”.

A Cruz Vermelha (CICV) informou que seu hospital de campanha em Rafah recebeu um “fluxo em massa de feridos”: 179 pessoas, 21 das quais foram declaradas mortas ao chegar. “Todos os pacientes disseram que estavam tentando chegar a um local de distribuição de ajuda”, acrescentou o CICV, descrevendo-o como “o maior número de feridos por armas

de fogo em um único incidente desde a criação do hospital de campanha, há mais de um ano”. Imagens mostraram ambulâncias transportando feridos para o hospital Nasser. Outros vídeos surgiram mostrando pessoas correndo e se abaixando, com aparentes tiros audíveis ao fundo. Uma parte das imagens parece ter sido filmada na Rua Salah al-Din, ao sul de um posto de distribuição de ajuda humanitária no corredor de Netzarim.

“A situação no hospital é catastrófica, devido ao massacre dos famintos na cidade de Rafah, perto do centro de distribuição de ajuda humanitária”, disse o Dr. Marwan al-Hams, 53, médico do departamento de emergência do hospital Nasser.

“A maioria dos ferimentos foi causada por tiros na parte superior do corpo – cabeça, tórax e abdômen – já que o exército israelense teria atirado de grandes altitudes usando aeronaves ou quadricópteros. Uma testemunha no local disse que tiros também foram disparados de um guindaste e de tanques.”

### O LUGAR MAIS FAMINTO

Na sexta-feira (30), Jens Lærke, porta-voz do Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), afirmou que a região é hoje “o lugar mais faminto do mundo”. Ele disse também que o único alimento que pôde chegar a Gaza foi farinha, o que não ajuda, uma vez que a população não tem sequer condições de cozinhá-la. Ele completou dizendo que “100% da população de Gaza está correndo risco de passar fome”.

“E inaceitável. Civis estão arriscando — e em muitos casos perdendo — suas vidas apenas para conseguir comida”, disse o porta-voz da ONU, Stéphane Dujeardin, na terça-feira, acrescentando que o modelo de distribuição apoiado pelos EUA e Israel é “uma receita para o desastre, que é exatamente o que está acontecendo”.

Entrega está suspensa em Gaza para “reestruturação”, com a organização privada alegando ter solicitado ao contratante, o exército israelense, que “oriente o fluxo de pessoas de forma a minimizar confusões ou riscos de escalada”. Apenas no terceiro massacre consecutivo o exército ocupante admitiu ter dado os tiros.

A ONU pediu investigação independente sobre os massacres na fila da comida, que vêm aos crimes perpetrados pelo regime genocida israelense contra os palestinos, já sob investigação da mais alta corte de justiça mundial. A ONU também tem reiterado que a distribuição de comida deve ser devolvida à agência de assistência aos refugiados palestinos (UNRWA) e às entidades humanitárias internacionais, que é quem têm estrutura, como fazem há décadas, para socorrer os refugiados. Em sua distribuição de comida, remédios e combustível, a ONU organiza 400 locais por toda a Faixa, enquanto a arapuca GHF tenta concentrar a entrega em 4 locais no sul de Gaza.

## Lutador irlandês derrota israelense e grita “Palestina Livre” com apoio do público

O irlandês Paddy McCorry, lutador de artes marciais mistas (MMA), derrotou o israelense Shuki Farage no evento Cage Warriors 189 durante uma luta de alto risco em Roma, gritando “Palestina Livre” repetidas vezes, até ser anunciada sua vitória.

McCorry posteriormente compartilhou imagens da luta deste sábado em suas redes sociais, com a legenda “Justiça nas Ruas”, junto com bandeiras irlandesas e palestinas. O público também podia ser ouvido gritando “Palestina livre, livre” enquanto a luta chegava ao clímax.

Farage, que até então estava invicto, tinha servido nas Forças de Defesa de Israel. Fotos de suas contas no Instagram e no Facebook que circulam online o mostram vestindo uniforme das Forças de Defesa de Israel (IDF) e posando com uma arma em frente a um prédio destruído em Gaza. Após a reação negativa online, Farage desativou suas contas nas redes sociais.

Farage treina na academia de MMA Michaelson Brothers em Ramla, Israel. A academia abriga pelo menos outro soldado das IDF que se tornou lutador de MMA, Crob Pugliesi. Ele se feriu no ano passado, enquanto servia em Gaza.



Lutador compartilhou imagens da luta deste sábado

Antes da partida, Farage havia prometido “derrubar” McCorry e “dar uma surra nele”. Em vez disso, sua sequência de vitórias foi interrompida quando McCorry ergueu a bandeira palestina sobre os ombros em comemoração.

## Secretário Rubio anuncia que EUA revogará “agressivamente vistos dos estudantes chineses”

A perseguição macartista só irá acelerar a evasão de cérebros e acelerar a decadência dos EUA. A caça às bruxas macartista nas universidades dos EUA instalada sob o governo Trump – que estava centrada na perseguição aos estudantes e professores contrários ao genocídio em Gaza – sofreu escalada, com o secretário de Estado Marco Rubio anunciando que Washington começará a revogar “agressivamente” vistos de estudantes chineses, supostamente por causa de “vínculos com o Partido Comunista Chinês” ou por pesquisas em “áreas sensíveis”.

A perseguição, disse Rubio, será executada conjuntamente com o Departamento de Segurança Interna, o Homeland, encarregado da deportação em massa apregoada por Trump.

A porta-voz da diplomacia chinesa, Mao Ning, disse que Pequim se opõe firmemente à decisão trumpista de revogar vistos de estudantes chineses e protestou contra a decisão.

Mao afirmou que a medida é “injustificada” e usa “ideologia e segurança nacional” como pretexto. Fere gravemente os direitos e interesses de estudantes internacionais da China e interrompe o intercâmbio interpessoal entre os dois países.

A porta-voz enfatizou que essa medida “politicamente motivada e discriminatória expõe a hipocrisia dos EUA em relação à liberdade e à abertura”, apontando, ainda, que prejudicará ainda mais “a imagem e a reputação dos EUA”.

O Departamento de Estado também anunciou que passará a vigiar as redes sociais dos estudantes estrangeiros. No mundo inteiro, estão suspensas as entrevistas para novas concessões de vistos a estudantes.

Em paralelo à recidiva macartista nas universidades, Trump acaba de proibir exportações de software para desenvolver chips e peças de avião para China. Na guerra contra o desenvolvimento tecnológico da China.

## China alerta EUA por apoio com armas a separatistas de Taiwan: “Não devem cruzar a linha vermelha”

A China alertou os Estados Unidos para “não cruzarem as linhas vermelhas” em relação a Taiwan, depois do responsável norte-americano pela Defesa ter acusado Pequim de estar preparando uma invasão da ilha. “A questão de Taiwan é puramente interna à China. Nenhum país estrangeiro tem o direito de interferir”, declarou em nota o Ministério de Relações Exteriores chinês em comunicado divulgado neste domingo (01). “Os EUA não devem tentar usar a questão de Taiwan como moeda de troca para conter a China e devem se abster de brincar com fogo”.

“Para perpetuar sua hegemonia e avançar na chamada ‘estratégia Indo-Pacífico’, os EUA implantaram armamento ofensivo no Mar da China Meridional e continuam atizando chamas e criando tensões na região Ásia-Pacífico”, assinou o comunicado.

### RESOLVER POR MEIO DO DIÁLOGO

“Esses atos estão transformando a região em um barril de pólvora e deixando os seus países profundamente preocupados”, sublinhou.

O Ministério das Relações Exteriores observou que nunca houve qualquer problema com relação à liberdade de navegação e sobrevôo no Mar da China Meridional.

“A China sempre insistiu em resolver disputas por meio do diálogo e da consulta com os países relevantes e na defesa da soberania territorial e dos direitos e interesses marítimos de acordo com a lei”, disse o comunicado, apontando que os EUA são o maior fator que prejudica a paz e a estabilidade na região Ásia-Pacífico.

Zhang Xiaogang, porta-voz do Ministério da Defesa, disse em um comunicado no domingo que os EUA estão acostumados a usar o “Diálogo de Shangri-Lá”, como o realizado este ano em Singapura, para criar disputas, incitar confrontos e buscar seus próprios interesses hegemônicos na seio da Ásia.

Os comentários do chefe da defesa dos EUA estavam repletos de lógica de dominação profundamente arraigada e mentalidade da Guerra Fria, observou Zhang.

“Para seus próprios interesses egoístas, os EUA lançam guerras tarifárias e comerciais, formam pequenos círculos e se envolvem em confrontos em bloco, causando profundas preocupações entre os países. Também fortalecem o destacamento militar na Ásia-Pacífico, interferem grosseiramente nos assuntos internos de outros países e geram tensões”, considerou Zhang.

Aumentando o tom provocativo, Hegseth ainda pediu aos países da Ásia-Pacífico que aumentassem seus gastos militares para 5% do PIB para combater as supostas ameaças da China na região, incluindo no Mar da China Meridional e no Estreito de Taiwan.

“A China se opõe firmemente às vendas de armas dos EUA para a região chinesa de Taiwan, insta os EUA a respeitarem o princípio de Uma Só China e os três comunicados conjuntos China-EUA, especialmente o comunicado de 17 de agosto de 1982”, afirmou o representante chinês.

Também acusou Washington de colocar armas ofensivas no Mar do Sul da China, rico em recursos naturais, uma zona chave para o comércio mundial que Pequim governa na sua quase totalidade.

# Atentado terrorista explode ponte e trem de passageiros na Rússia



Procuradoria de Transportes de Moscou

Dois pontes foram explodidas e um trem de passageiros descarrilou

## Polônia elege candidato que prometeu não enviar tropas para guerra na Ucrânia

A Polônia, principal retaguarda na guerra da Otan contra a Rússia através da Ucrânia (por onde transita o fulcro da sustentação imperial à guerra), manteve na presidência o Partido Ordem e Lei (PiS), de extrema-direita, com seu candidato Karol Nawrocki suplantando por 50,89% a 49,11% no segundo turno o candidato da direita tradicional, Rafal Trzaskowski, por sua vez apoiado pelo primeiro-ministro, o neoliberal ex-presidente do Conselho Europeu da União Europeia, Donald Tusk. 71,31% dos eleitores compareceram às urnas no domingo passado.

Com uma disputa tão acirrada, Trzaskowski chegou brevemente a comemorar a eleição, com base em pesquisa de boca de urna, mas é Nawrocki que tomará posse em agosto e deverá receber a faixa de Andrzej Duda, também do PiS (na sigla em polonês). Na Polônia, o presidente tem o poder de vetar leis e é o comandante em chefe das Forças Armadas.

A primeira conclusão evidente por si mesma é que a Polónia está dividida ao meio, com analistas apontando que a direita pró-União Europeia (Trzaskowski/Tusk) venceu nas regiões norte e oeste do país, enquanto o PiS levou o sul e o leste.

Como no primeiro turno Trzaskowski ficou na frente (31,36%) de Nawrocki (29,54%), é importante buscar entender como o pleito acabou tendo o resultado que teve. O que não pode ser computado principalmente nas questões de natureza identitária ou ao apoio declarado do presidente Donald Trump (inclusive o PiS adotou como slogan “A Polónia



Karol Nawrocki, eleito por estreita margem, celebra a vitória

em primeiro lugar, os poloneses em primeiro lugar”).

Parece mais profícuo investigar o papel que a Polónia joga na guerra e suas consequências internas como o fator que decidiu a questão. Aliás, essa é a grande questão com que a Europa se vê no momento, diante do empenho de Londres, Berlim e Paris em manter a guerra na Ucrânia e rearmar o velho continente. E no período recente, Tusk vem sendo a face polonesa desse projeto.

Questão que se entrelaça, no caso polonês, com a existência de 1 milhão de refugiados ucranianos, crescentes conflitos entre agricultores poloneses e ucranianos e questões históricas não resolvidas.

Assim, ao final e ao cabo, o eleitorado do terceiro colocado, Slawomir Mentzen, considerado um “populista de direita” com presença nas

redes sociais e que teve 15% no primeiro turno, se desloca a favor de Nawrocki.

Sem declarar formalmente apoio e chamando seus eleitores a “votarem conforme a própria consciência”, Mentzen entrevistou os dois candidatos ao segundo turno, apresentando uma lista de exigências conservadoras, incluindo a oposição à Ucrânia na Otan. Nawrocki aceitou todas as demandas, enquanto Trzaskowski apoiou apenas algumas.

Da parte dos russos, nada era esperado dos dois candidatos. Um respeitado analista russo Boris Rozhin, resumiu a folha corrida de Nawrocki: “conhecido russófilo, falsificador da história e ultradireitista apoiado por Trump” e sobre o qual existe uma investigação judicial na Rússia “por derrubar memoriais em homenagem aos soldados soviéticos”.

Leia mais no site do HP

## Musk desembarca do governo Trump com fama de nazista e Tesla caindo

Com uma coletiva à imprensa na Casa Branca, o oligarca-mór dos EUA, Elon Musk, formalizou na sexta-feira (30) sua saída do governo Trump, em meio a protestos generalizados contra ele e o desmonte do setor público que ele chefiava, queda nas vendas da Tesla, especialmente na Europa, US\$ 150 bilhões na bolsa de Nova York que viraram espuma, terceiro fiasco consecutivo de sua Space X Starship, que explodiu, denúncia de uso de drogas pesadas, além de um olho roxo que ele atribuiu ao filho pequeno.

Antes de bater em retirada, o repúdio a Musk nas ruas viralizou em inúmeras ocasiões, com cartazes de “deportem Musk” – que emigrou do fim do apartheid para os EUA, onde aumentou a fortuna –, e adesivos de carros usados por donos de Tesla avisando que comprou “antes de Musk enlouquecer”.

Nos quatro meses à frente da Secretaria de Eficiência Governamental (DOGE),

de “visionário da alta tecnologia”, como gostava de encenar, Musk tornou-se notório como nazista por sua saudação “Sieg Heil” na comemoração da posse de Trump. E por seus esbirros high-tech fucando por toda a parte, para demitir mais e “cortar gastos”, para sobrar mais grana para os magnatas, os crimes de guerra e para a caçada aos imigrantes.

O jornal The New York Times revelou que naquele famoso episódio em que Musk segurou a motosserra [de Milei] ele estava sob efeito das drogas, enquanto repetia incessantemente “viva a liberdade, carajão”.

Leia mais no site

## Ato em Buenos Aires reúne milhares de pesquisadores contra cortes de Milei

Milhares de cientistas, pesquisadores e bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET), junto com sindicalistas e professores, se manifestaram em protesto contra os cortes orçamentários e a crise que a comunidade científica vive atualmente na Argentina sob o governo Milei, com salários atrasados, falta de recursos para pesquisa e cortes de bolsas de estudo.

“Do estudo da pandemia à produção de alimentos, da história argentina à transição energética, das desigualdades sociais à nanotecnologia, da literatura à biomedicina: não há agenda de futuro sem ciência”, ouviu-se pelos alto-falantes nesta quarta-feira (28), nas escadarias do Centro Científico e Tecnológico de Buenos Aires, nas ruas do bairro de Palermo da capital argentina onde está localizado o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Diante do ajuste e do esvaziamento promovido pelo governo Milei, o lema era “Ninguém se salva”.

“A ciência está em crise na Argentina. Os salários estão muito abaixo dos que se recebem nos países vizinhos. Não há financiamento para o CONICET, não há bolsas de pesquisa e há um desinteresse pelo sistema científico e tecnológico

por parte das autoridades nacionais, que se recusam a dialogar”, explicou o Dr. Guillermo Durán, reitor da Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (UBA), em declarações ao site Infobae.

No evento, diversas universidades — incluindo a Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências Sociais e a Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (UBA) —, organizações sociais e pessoas físicas se pronunciaram na esplanada em frente ao Centro de Ciência e Tecnologia, destacando a falta de investimentos nesses setores, o que “compromete o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, deixando a Argentina vulnerável aos desafios globais” e denunciando que “o financiamento está sendo negado a grupos de pesquisa, duas turmas de 800 pesquisadores selecionados por concurso estão sendo impedidas de entrar no CONICET”, bem como uma queda de 40% no poder de compra de salários e bolsas, com tendência a mínimas históricas.

Leia mais no site do HP

7 mortos e 66 feridos foi o resultado em perdas humanas da política de terror de Kiev. Os dois ataques contra alvos civis aconteceram na véspera da reunião da negociação Rússia-Ucrânia

Ataques que explodiram duas pontes na Rússia e um trem de passageiros e causaram sete mortos e 66 feridos, três deles em estado grave, inclusive uma criança, foram considerados “atos de terrorismo” pelo Comitê de Investigação russo, principal agência de investigação criminal do país, e, conforme a agência de notícias Ria Novosti, o presidente Vladimir Putin foi informado.

Os atentados contra alvos civis acontecem na véspera da segunda sessão da retomada das negociações Ucrânia-Rússia em Istambul. A mídia russa mostrou equipes de resgate trabalhando no local, perto de Bryansk, no sudoeste do país, a cerca de 100 km da fronteira.

Até o momento da edição, não havia uma declaração oficial do governo russo sobre esses atentados.

No relato do Komsomolskaya Pravda, “Na noite de 31 de maio, um viaduto desabou aqui, sob a qual um trem de passageiros passava naquele momento, seguindo a rota Klimovo-Moscou. A estrutura desabou repentinamente sobre o trem. O trem descarrilou e os vagões capotaram.” O trem levava mais de 300 passageiros.

“Houve um estrondo alto, um golpe... Eu já acordei no chão, fui jogada do beliche. O trem estava tombado, tudo estava de cabeça para baixo. Os passageiros reagiram instantaneamente. Homens quebraram janelas e tiraram pessoas. “Então olhei ao redor da rua, mas não vi realmente nada, apenas um alarido e parte da ponte sobre o primeiro vagão do



Trump até tentou explicar que não arregou para a China

## Meme ‘Trump Sempre Amarela’ (TACO, na sigla em inglês) irrita presidente dos EUA

Conhecido por pegar apelidos a torto e direito, Trump acaba de ser agraciado com um pelo Financial Times, que está pegando como fogo morro acima, e o deixando possesso: TACO, que vem de “Trump Always Chickens Out” (“Trump Sempre Amarela”, em tradução livre).

O “TACO” ganhou rapidamente as redes sociais, em uma profusão de memes sobre aquela atitude típica de Trump de cantar marra para depois recuar, sempre na maior pose, como visto repetidamente na sua guerra tarifária ao mundo inteiro.

Em inglês, “chicken” é uma gíria para covarde, enquanto o verbo “to chicken out” equivale em português a “amarelar” ou “pipocar”.

Foram vários episódios do tipo desde seu “dia de libertação” em que declarou guerra tarifária ao mundo inteiro. Wall Street quase quebrou, os treasuries quase foram para o vinagre, e ele foi retrocedendo, depois um pouquinho mais, até seus “245%” de tarifaço na China minguarem para uma sombra disso.

Ou quando recuou do

trem”, disse ao jornal, Irina B., de 58 anos.

Os feridos foram levados para hospitais próximos e os casos mais graves, transportados para Moscou, na manhã de 1º de junho. Os passageiros foram levados para a capital russa por um trem reserva e recebidos na Estação Kievsky por parentes e amigos.

A representante do Comitê Investigativo, Svetlana Petrenko, confirmou tratar-se de uma explosão o que fez o viaduto desabar.

Como as explosões estão relacionadas à passagem de trens, é de presumir que era objetivo ter vítimas entre os civis, mas isso terá de ser confirmado pelas investigações.

Em paralelo, o regime de Kiev realizou ataques de drones contra aeródromos militares russos em cinco regiões da Rússia, que teriam sido notificados previamente ao governo norte-americano, segundo o portal Axios. O regime de Kiev não costuma reconhecer a autoria de atentados, mas costuma parabenizá-los. Nos últimos dias, as tropas russas libertaram vários assentamentos e a situação ucraniana no Donbass é percebido como crítica, até pela mídia imperial.

Na semana passada, o presidente Trump chegou a fazer uma declaração destemperada sobre ataques russos, ignorando – ou não tendo sido informado sobre – a escalada prévia de ataques ucranianos com drones contra alvos civis na Rússia. A resposta russa foi dura, mas essencialmente contra alvos militares, reiterateu o Kremlin.

bombardeio do Iêmen, depois de perder três F-18 e quase perder um F-35, o porta-aviões quase virar de ponta-cabeça no Mar Vermelho, e proclamou que “os houthis capitularam”.

Ao formar a sigla TACO, que é o nome de um prato típico mexicano, a coisa soa adicionalmente como uma provocação, diante das declarações racistas e absurdas de Trump sobre a imigração e o México.

Durante uma coletiva na Casa Branca, uma repórter cutucou Trump, o apelidador-mór de Washington, sobre a incômoda sigla, deixando-o fora de si. “Você chama isso de amarelar?”, desembestou Trump, acrescentando que “Isso é negociação”.

E como sabe de cor e salteado todo o provocador profissional, quando incomoda, aí que a turma não perdoa. Assim, estão se multiplicando os memes, em que Trump é exposto com aquele cabelo característico alaranjado, e associado ao símbolo universal dos frouxos, a galinha.

“Sleepy Joe” e outros alvos preferidos de Trump devem estar se deleitando com o feitiço virando contra o feiteiro.

# Debate na Câmara denuncia 'bolsa banqueiro' e defende a retomada da indústria nacional

Foto: Vitor Solemar

Lançamento do livro “Produção versus rentismo – Trabalhadores e Empresários pela reindustrialização do Brasil”, organizado por Carlos Pereira, debateu a urgência da mudança na condução econômica do país, no sentido da retomada do papel da indústria no desenvolvimento nacional, e rechaçou os juros aviltantes praticados pelo Banco Central

O livro “Produção versus rentismo – Trabalhadores e Empresários pela reindustrialização do Brasil” foi lançado no dia 27, na Câmara dos Deputados, em um encontro que reuniu parlamentares, economistas, lideranças sindicais, empresariais e trabalhadores.



No centro do debate, a urgência da mudança na condução econômica do país, no sentido da retomada do papel da indústria no desenvolvimento nacional, e a denúncia contra os juros aviltantes praticados pelo Banco Central e da política de déficit zero, que limita os investimentos públicos, reprime a renda dos brasileiros e contém o consumo.

## INTERESSE NACIONAL

Em mensagem ao encontro, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, afirmou que este é “um tema urgente”, destacando que “não restam dúvidas de que a reindustrialização é necessária para que o nosso país tenha um crescimento econômico sólido e sustentável. E o governo do presidente Lula tem apostado nisso, a partir da Nova Indústria Brasil, a NIB. E essa coletânea de entrevistas, com os principais dirigentes sindicais do Brasil e líderes empresariais, é uma excelente iniciativa para contribuir com essa compreensão e com essas discussões”.

“A articulação entre trabalhadores e empresários, aliás, é imprescindível para fortalecer a retomada da indústria brasileira, que já chegou a representar 30% do PIB do nosso país. Nesse contexto, a atividade na Câmara, reunindo tanta gente de peso, é muito importante, porque essa é uma matéria de interesse nacional e precisamos envolver os parlamentares nesse debate, ampliando os consensos em torno de uma questão chave para o país”, afirmou Luciana.

Carlos Pereira, organizador do livro, destacou que passou da hora de superarmos a cartilha do neoliberalismo, do Estado mínimo, câmbio livre, metas inflacionárias subestimadas, privatização selvagem, juros nas nuvens e superávit primário. “Dogmas que só beneficiaram a especulação financeira e os monopólios estrangeiros. É uma aberração”, afirma.

Confira, a seguir, os principais trechos das intervenções durante o lançamento.

### Renildo Calheiros, deputado federal

“O Lula, o nosso presidente, tem uma posição muito desconfortável com essa questão dos juros. Todos conhecemos, ele sabe, que a taxa de juros alta prejudica muito o país, prejudica muito a economia, prejudica muito o nosso desenvolvimento.

Quantas vezes ele fa-

lou sobre isso? E veja que mesmo com a vontade dele de enfrentar essa questão, nós, até agora, não temos tido sucesso. Não obtivemos sucesso. São seis subidas na taxa de juros, que já era alta, e mesmo quando o [Gabriel] Galípolo chegou ao Banco Central, até agora também ele não mostrou a que veio.

A taxa de juros continua subindo. O Brasil está sempre entre os cinco países com maior taxa de juros no mundo. É evidente, e também foi fortemente falado aqui, o prejuízo que isso traz ao setor produtivo, porque produzir tem riscos.

Quem já abre um negócio sabe, mesmo que seja um negócio simples, mesmo que seja até mesmo na área de serviço, que seja um restaurante, que seja uma lanchonete, seja o que for, quem já mexeu com a atividade produtiva sabe como é complicado. E quantas vezes isso dá errado? Quantas vezes você quebra? Agora, com a taxa de juros nesse patamar que existe no Brasil, e não é novidade, é há muito tempo, você faz uma forte pressão contrária ao que o Brasil precisa, que é de fortes investimentos, seja investimento público, seja investimento privado. Você contém o investimento e o país não se desenvolve.”

### Paulo Klüss, economista

“Nas últimas décadas, tivemos uma redução significativa da capacidade de produção da indústria, do produto industrial, e uma elevação mais do que proporcional e perversa, nociva, da atividade do rentismo.

E onde é que está a atividade do rentismo, do financiamento? A gente não pega, a gente não vê, a gente não identifica. E isso é fruto, basicamente, desse processo em que você tem, ao longo das décadas, a chamada hegemonia do sistema financeiro. A atividade produtiva, a atividade do setor real, foi cada vez mais perdendo espaço, perdendo importância, econômica, política, social.

No Brasil, a desindustrialização acabou reforçando um aspecto muito nocivo na nossa história, que é aquilo que algumas pessoas já colocaram aqui da tendência ao fazendão, quer dizer, o Brasil vive um processo neocolonial de retorno a ser uma economia basicamente produtora de produtos agrícolas e de extrativismo mineral, que é o que a gente fazia em 1500, 1600, 1700, 1800, e que conseguiu superar a partir de meados do século XX, justamente com o avanço



da industrialização.”

### Jandira Feghali, deputada federal

“O BNDES já colocou R\$ 206 bilhões de investimentos nesse período de dois anos. Isso não é pouca coisa. O BNDES não servia mais para isso no governo anterior.

A Nova Indústria Brasil, que tem seis eixos estratégicos, também tem muito recurso investido na indústria, muito recurso colocado. Seja no Ministério de Ciência e Tecnologia, seja a partir do BNDES, a gente está conseguindo colocar bilhões para tentar desenvolver uma política industrial. Com esses juros, obviamente, é um obstáculo absurdo, porque produzir fica menos importante do que apostar no dinheiro sobre dinheiro, rodar dinheiro em Bolsa, rodar dinheiro no sistema financeiro.

Então, os juros achatam a nossa perspectiva. Mas tem luta, tem tentativa, tem investimento, tem milhões investidos nisso, a partir da eleição do presidente Lula. Então, nós estamos reféns de uma política monetária, mas estamos tentando, ao mesmo tempo, fazer valer os instrumentos estratégicos que a gente tem na mão.”

### Denise Gentil, economista e professora da UFRJ

“Essas taxas de juros, praticadas hoje por um Banco Central independente — ou seja, independente das necessidades da população, independente e alheio ao seu dever para com o seu país — precisam, numa política combinada, fazer com que, na Fazenda, se pratique um arrocho fiscal imenso.

Não basta ela [a taxa de juros] ser alta, ela tem que ser verossímil. A Fazenda tem que confirmar que os gastos financeiros por juros serão honrados, e para isso tem que dar como contrapartida superávit, para que o mercado fique sossegado.

E isso implica o que para nós? Implica cortes em gastos com os pobres do país, com o BPC, com o Bolsa Família, com a saúde pública, com a educação, com aqueles que são os mais vulneráveis, e cortes no investimento público também.

É uma austeridade que não é para todos, é uma austeridade seletiva, que não

atinge os ricos, mas apenas os pobres. O que é gigantesco e, vergonhosamente para nós, são os gastos financeiros com juros, os gastos com a elite financeira desse país.”

### Maria Lucia Fatorelli, auditora-fiscal aposentada da Receita Federal e fundadora da organização Auditoria Cidadã

“O Brasil está amarrado nesse sistema da dívida. E aplicando um modelo econômico que produz escassez. [...] É um modelo produzido para que a imensa maioria fique na escassez. Porque no estado de escassez, aceitam salários baixos, ou é salário baixo ou é nenhum.

Esse sistema da dívida, que para sobreviver, para abocanhar quase metade do orçamento todo ano, coloca aí um ajuste fiscal, um marcador fiscal. A política monetária suicida no Banco Central. Esse juro altíssimo é suicida. Mata a indústria. Como investir com juros nas alturas? É impossível. Por isso que temos um processo drástico de desindustrialização.

Os bancos podem depositar no Banco Central voluntariamente toda essa bolada. [...] E são remunerados com base na Selic ou mais. Aí eu pergunto a vocês: a troca de quê que os bancos vão emprestar para a sociedade a juros baixos? Se com um clique eles têm a Selic diária, sem esforço nenhum. Isso impede que o juro caia. Tem que acabar a ‘bolsa banqueiro’ para que o juro caia.”

### José Reginaldo, presidente da CNTI

“Se a gente quer de fato atacar as causas estruturais do rentismo, tem que combater juros altos, câmbio desfavorável, tributação e reconstruir a lógica de proteção social em que o comum prevaleça, em que o bem público esteja a serviço da sociedade, e não efetivamente a sustentação do sistema bancário brasileiro.”

### Ubiraci Dantas, vice-presidente da CTB e representante da Fitmetal

“No final de 2024, fomos surpreendidos por um novo pacote de ajuste fiscal. Esse

tipo de medida, que inclui contenção de gastos em áreas essenciais como saúde, educação e programas sociais, tem sido justificada pela necessidade de equilíbrio das contas públicas. No entanto, na prática, o que vemos é uma lógica de submissão ao sistema financeiro: corta-se onde o povo precisa, enquanto se mantém a farrá dos juros altos. Essa política não é apenas injusta — ela compromete o próprio projeto de desenvolvimento do país. Sem recursos para investimento público, sem valorização do salário mínimo, sem fortalecer o BPC e programas como o Bolsa Família, não há como garantir bem-estar à população. E sem bem-estar, não há democracia sustentável.

Para que o governo Lula tenha êxito, é urgente enfrentar essa estrutura que privilegia o rentismo. É preciso retomar uma grande campanha nacional pela redução das taxas de juros e pela ampliação dos investimentos públicos. Não há soberania com a indústria sucateada e com os bancos ditando os rumos do orçamento. Se não virarmos essa roda, 2026 pode ser uma tragédia: com o retorno daqueles que querem destruir o Estado, privatizar tudo e transformar o Brasil numa colônia. É hora de unir trabalhadores, empresários comprometidos com o país e os movimentos sociais para ocupar as ruas e pressionar por um novo rumo econômico — um rumo que coloque o povo, a produção e a soberania nacional no centro do projeto de nação.”

### Flauzino Antunes, presidente do Sindicato dos Economistas do DF

“O debate da disputa entre produção e o rentismo, que são duas decisões econômicas antagônicas, se dá justamente no momento em que discutimos geração de emprego, desenvolvimento, qualidade de vida. Um momento em que o trabalhador, hoje, tem que escolher entre emprego e direitos. Mas sabemos que o Brasil sempre cresceu gerando emprego e direitos. E o que isso tem de fundo? É a disputa entre o rentismo, que são aqueles que especulam com a desgraça do povo brasileiro, que ficam mais ricos a cada a

**Debate na Câmara dos Deputados reuniu parlamentares, economistas, lideranças sindicais, empresariais e trabalhadores**

alta da taxa Selic, enquanto o povo mais pobre. Essa é a nossa discussão hoje.”

### Raimundo Salvador, dirigente da CONTRICOM (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Construção e no Ramo da Indústria da Construção)

“O Brasil tem hoje uma das maiores taxas de juros do mundo! Você vai para uma mesa de negociação — acabei de sair dali para fechar uma convenção coletiva que representa uma canetada de 200 milhões, mais ou menos, na economia do Distrito Federal — e a gente sai da mesa, já há alguns anos, com a sensação de que perdeu. Olha que horroroso isso!

O capital, o rentismo, está tão forte que até nisso nos tira o poder de mobilização. E tudo isso é fruto das políticas econômicas que vêm sendo implementadas no país, ano após ano. Especialmente a partir de 2015, com a queda do governo Dilma, os governos que vieram depois impuseram reformas que aprofundaram ainda mais o desequilíbrio entre capital e trabalho.

Esses dias eu estava conversando com um companheiro, e falei para ele: ‘Companheiro, abriu uma vaga de trabalho lá no local tal, salário tal, justamente na sua função’. E ele respondeu: ‘Não, meu irmão, agora eu sou Uber. Eu prefiro ficar de Uber, porque é melhor do que estar com carteira assinada’. Olha o ponto a que chegamos!

Isso tudo que está acontecendo — essa pejotização, essa uberização — é reflexo direto de uma política econômica que favorece o capital especulativo. O Banco Central, com essa taxa de juros altíssima, inviabiliza qualquer investimento produtivo. Só vale a pena aplicar no mercado financeiro. Isso destrói empregos com direitos, empurra milhões para a informalidade e corrói as possibilidades de uma reindustrialização séria no país. E quem sofre somos nós, trabalhadores, que estamos no meio disso tudo, tentando resistir.”